

**1ª Rodada SEFAZ-AL
(Auditor de Finanças,
Controle e
Arrecadação)**

*SEFAZ-AL (Auditor de Finanças,
Controle e Arrecadação) - Rodadas
Avançadas de Simulados*

27 de Junho de 2021

Simulado Especial

Rodada Avançada Sefaz AL (Auditor Contábil)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da SEFAZ-AL;
- 2 – A prova contém 160 (cento e sessenta) itens que abordam o conteúdo programático de conhecimentos gerais e específicos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões objetivas no estilo Certo/Errado;
- 4 – Os participantes têm até às 20:00h para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico a fim de que participem do Ranking Exclusivo e do Ranking Cumulativo;
- 5 – Caso o preenchimento do gabarito ocorra após às 20:00h, o aluno participará apenas do Ranking Geral;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Em até 48 (quarenta e oito) horas do preenchimento do seu gabarito, serão disponibilizados na plataforma as estatísticas do seu resultado e comparativos com os outros alunos que tiverem feito o simulado até o momento;

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Rodada-Avançada-SEFAZ-AL-Auditor-Contábil-27-06-21>

01 - C E	28 - C E	55 - C E	82 - C E	109 - C E	136 - C E
02 - C E	29 - C E	56 - C E	83 - C E	110 - C E	137 - C E
03 - C E	30 - C E	57 - C E	84 - C E	111 - C E	138 - C E
04 - C E	31 - C E	58 - C E	85 - C E	112 - C E	139 - C E
05 - C E	32 - C E	59 - C E	86 - C E	113 - C E	140 - C E
06 - C E	33 - C E	60 - C E	87 - C E	114 - C E	141 - C E
07 - C E	34 - C E	61 - C E	88 - C E	115 - C E	142 - C E
08 - C E	35 - C E	62 - C E	89 - C E	116 - C E	143 - C E
09 - C E	36 - C E	63 - C E	90 - C E	117 - C E	144 - C E
10 - C E	37 - C E	64 - C E	91 - C E	118 - C E	145 - C E
11 - C E	38 - C E	65 - C E	92 - C E	119 - C E	146 - C E
12 - C E	39 - C E	66 - C E	93 - C E	120 - C E	147 - C E
13 - C E	40 - C E	67 - C E	94 - C E	121 - C E	148 - C E
14 - C E	41 - C E	68 - C E	95 - C E	122 - C E	149 - C E
15 - C E	42 - C E	69 - C E	96 - C E	123 - C E	150 - C E
16 - C E	43 - C E	70 - C E	97 - C E	124 - C E	151 - C E
17 - C E	44 - C E	71 - C E	98 - C E	125 - C E	152 - C E
18 - C E	45 - C E	72 - C E	99 - C E	126 - C E	153 - C E
19 - C E	46 - C E	73 - C E	100 - C E	127 - C E	154 - C E
20 - C E	47 - C E	74 - C E	101 - C E	128 - C E	155 - C E
21 - C E	48 - C E	75 - C E	102 - C E	129 - C E	156 - C E
22 - C E	49 - C E	76 - C E	103 - C E	130 - C E	157 - C E
23 - C E	50 - C E	77 - C E	104 - C E	131 - C E	158 - C E
24 - C E	51 - C E	78 - C E	105 - C E	132 - C E	159 - C E
25 - C E	52 - C E	79 - C E	106 - C E	133 - C E	160 - C E
26 - C E	53 - C E	80 - C E	107 - C E	134 - C E	
27 - C E	54 - C E	81 - C E	108 - C E	135 - C E	



CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA****TEXTO**

Em breve, um remédio revolucionário chegará às farmácias dos Estados Unidos da América (EUA). É um remédio apropriado para pacientes cardíacos, mas seu tremendo ineditismo está em outro aspecto - trata-se do primeiro remédio étnico.

O remédio étnico é uma boa notícia?

À primeira vista, parece uma notícia excelente. Afinal, cada grupo de seres humanos - os negros, os brancos, os asiáticos etc. - passaria a ter possibilidade de usar remédios "sob medida", particularmente eficazes. Mas a medicina étnica esconde uma questão extremamente complexa: ela parte do princípio, do explosivo princípio, de que os negros, os brancos, os asiáticos ou os indígenas são biologicamente diferentes, tanto que, para cada um deles, para cada "raça" existiria um medicamento mais eficaz. E tudo o que vem do conceito de raça é complicado.

É claro que, mesmo diante de riscos tremendos, não se pode impedir a pesquisa, a ciência, enfim, a medicina étnica de caminhar, evoluir, se é que ela tem realmente uma evolução pela frente. Também é claro que a pior solução seria decretar um embargo em qualquer pesquisa que tenha por mote o conceito de "raça".

Tendo como referência as ideias do texto, julgue os itens a seguir.

01. O deslocamento da expressão inicial do texto "Em breve," incluindo a vírgula, para depois de "chegará" preserva a correção gramatical e a coerência textual, desde que sejam feitos os devidos ajustes nas letras maiúsculas e minúsculas.

Gabarito: Errado

Comentários: Há uma proposta de reescritura com o deslocamento de um adjunto adverbial. O trecho original está escrito assim: "Em breve, um remédio revolucionário chegar". A proposta é que o trecho fique assim: "Um remédio revolucionário chegar em breve,". A regra diz que o adjunto adverbial de corpo curto pode, facultativamente, ser isolado. Na proposta, falou-se uma vírgula para o que o termo ficasse devidamente isolado. Sendo assim, a afirmação está incorreta, pois não preservou a correção gramatical.

02. Por introduzir um enunciado de valor explicativo, além de colocá-lo em destaque, o sinal de travessão, no final do primeiro parágrafo, poderia ser substituído por dois-pontos.

Gabarito: Certo

Comentários: A questão envolve um aposto explicativo que está no final do período. Nesse caso, o isolamento pode ser feito tanto pelo uso do travessão quanto pelo sinal de dois-pontos.

03. No início do terceiro parágrafo, o emprego do verbo parecer, em lugar de ser, sugere que a "notícia" pode não ser "excelente"; a oposição a esse qualificativo é justificada na oração "Mas a medicina étnica esconde uma questão extremamente complexa" (l. 7-8)

Gabarito: Certo

Comentários: O verbo PARECER nos leva a uma possibilidade, ou seja, a algo possível, mas não garantido. A oposição está evidenciada pelo emprego da conjunção adversativa MAS. Sendo assim, o item está correto.

04. O emprego de aspas em "sob medida e "raça", no segundo parágrafo, indica que o autor está citando termos do relatório da pesquisa que comenta.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

Gabarito: Errado

Comentários: Normalmente, o uso das aspas é feito com a intenção de exprimir ironia ou destacar uma frase ou expressão que não são usadas diariamente. As aspas, nesses casos indicados, servem para indicar uma ironia. Lembre-se de podem ser utilizadas em diversas situações.

05. Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical, transformando-se a oração reduzida de infinitivo, iniciada pelo pronome "que", no trecho "ela parte do princípio, do explosivo princípio, de que os negros, os brancos, os asiáticos ou os indígenas são biologicamente diferentes", ao se retirar esse pronome e substituir "são" por serem.

Gabarito: Errado

Comentários: A frase ficaria assim: "...ela parte do princípio, do explosivo princípio, de os negros, os brancos, os asiáticos ou os indígenas serem biologicamente diferentes". Repare que gramaticalmente a frase continua correta. O único problema é que o item afirma que a palavra QUE é um pronome, mas temos uma CONJUNÇÃO INTEGRANTE que está introduzindo uma oração subordinada substantiva completiva nominal. Sendo assim, o item está incorreto.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06. A respeito do tema de Licitações, julgue os próximos itens.

Na licitação, os critérios de julgamento definem o procedimento da licitação. Pode-se afirmar, então, que os critérios definem o rito, o caminho e as etapas da licitação pública.

Gabarito: Errado

Comentários: A assertiva refere-se ao conceito de modalidade de licitação e não ao de critérios de julgamento. Os critérios de julgamento, na verdade, correspondem aos tipos de licitação na

Lei nº 8.666/96, que são os seguintes: (I) menor preço; (II) melhor técnica; (III) técnica e preço; e (IV) maior lance ou oferta.

07. Segundo a nova Lei de Licitações, a partir de agora, as modalidades de licitação serão definidas pela natureza do objeto e pelo seu respectivo valor.

Gabarito: Errado

Comentários: Todas as modalidades de licitação, previstas no Art. 28 da Nova Lei, serão definidas apenas pela natureza do objeto, independentemente do valor.

08. Os procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas pela nova Lei de Licitações não são modalidades, mas são instrumentos que auxiliam a administração no procedimento de contratação.

Gabarito: Certo

Comentários: De fato, os procedimentos auxiliares, previstos no Art. 78 e seguintes da Nova Lei, são instrumentos e obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento, não podendo ser confundidos com as modalidades de licitação, previstas no Art. 28 da Lei nº. 14.133/21.

09. A licitação é um procedimento administrativo integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual.

Gabarito: Certo

Comentários: Tanto a Administração quanto o licitante têm participação ativa nos atos preparatórios que precedem o contrato administrativo. Por exemplo, por parte da Administração tem-se o edital ou convite, o recebimento de propostas, a habilitação, adjudicação, etc. Por parte do particular, pode-se



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

citar a proposta, a apresentação de recursos, as impugnações ao edital de licitação, etc.

10. Julgue os itens 10 a 15 a seguir, relativos aos servidores públicos e temas correlatos.

O servidor estatutário sujeita-se ao regime estatutário estabelecido em lei pela unidade da Federação a que estiver vinculado, não havendo nenhuma possibilidade de modificação deste regime, uma vez que se trata de norma de ordem pública, não derogável pelas partes.

Gabarito: Errado

Comentários: O regime estatutário não pode ser modificado por meio de contrato, ainda que exista a concordância de ambos os lados. No entanto, ele pode ser modificado unilateralmente pelo Estado, por meio do processo legislativo, desde que sejam respeitados os direitos já adquiridos pelo servidor.

11. Os particulares em colaboração com a Administração são pessoas físicas que prestam serviços ao Estado sem vínculo empregatício, mas que podem ou não receber remuneração. Dentro dessa categoria de agentes públicos, podem ser citados os agentes honoríficos, que exercem funções públicas relevantes, como os mesários convocados para atuar nas Eleições ou os jurados convocados para compor o Conselho de Sentença no Tribunal do Júri.

Gabarito: Certo

Comentários: Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, os agentes públicos dividem-se em (a) agentes políticos; (b) servidores públicos, (c) militares; e (d) particulares em colaboração com o Poder Público. E a assertiva trouxe corretamente o conceito destes últimos.

12. A vedação ao nepotismo, prevista na Súmula Vinculante nº 13 alcança os cargos de provimento

em comissão, as funções gratificadas e os cargos de direção e assessoramento, não se aplicando tal vedação aos cargos de provimento efetivo, com acesso mediante prévia aprovação em concurso público.

Gabarito: Certo

Comentários: O STF, no Informativo nº 786, fixou o entendimento de que se a súmula se aplicasse aos cargos de provimento efetivo (aqueles com acesso por concurso público), ocorreria violação ao Art. 37, incisos I e II da CF/88, que garante o livre acesso aos cargos, funções e empregos públicos aos aprovados em concurso público. Assim, é correta a afirmação de que a vedação ao nepotismo não se aplica aos cargos de provimento efetivo.

13. Considerando que o Art. 5º, IV da Constituição Federal garante a livre manifestação do pensamento, mas proíbe o anonimato, a Administração Pública não pode instaurar processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

Gabarito: Errado

Comentários: É permitida sim a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, desde que devidamente motivada e com amparo em prévia investigação ou sindicância, em cumprimento ao poder-dever de autotutela imposto à Administração, conforme previsto na Súmula nº 611 do STJ. A autotutela obriga que o administrador público corrija, ainda que de ofício, os atos ilegais que estejam sendo praticados no âmbito da Administração.

14. Situação Hipotética: Helena, auditora fiscal da Sefaz-AL foi removida de ofício, no interesse da Administração Pública, da Cidade X para a Cidade Y, sem que a autoridade competente expusesse a motivação para tal decisão. Inconformada com seu destino, a servidora impetrou mandado de



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

segurança contra o ato que a removeu da Cidade X, alegando nulidade por ausência de fundamentação. A autoridade prestou informações nos autos da ação mandamental, onde expôs todos os motivos que a levaram à decisão de remoção de Helena.

A respeito da situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

O ato de remoção de servidor público por interesse da Administração Pública deve ser motivado. A remoção é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, para quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, observado sempre o interesse da Administração.

Gabarito: Errado

Comentários: A primeira afirmação está correta, mas na parte em que se apresenta o conceito de remoção, foi trazido o conceito de redistribuição, por isso o item ficou incorreto. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, de uma para outra localidade de trabalho, com ou sem mudança de sede, no âmbito da unidade setorial em que for especificamente lotado, conforme Art. 35 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas.

15. É possível que o vício da ausência de motivação seja corrigido após a edição do ato impugnado, desde que a autoridade apresente os motivos que a levaram à decisão ao prestar as informações no mandado de segurança, podendo esses motivos serem preexistentes ou posteriores ao ato de remoção.

Gabarito: Errado

Comentários: O vício pode sim ser corrigido posteriormente, mas é necessário que se demonstre, objetivamente e sem qualquer dúvida, que o motivo que originou o ato preexistia. Não é possível, assim, apresentar motivos que surgiram depois da edição do ato, em respeito,

especialmente, aos princípios da moralidade e da impessoalidade, que devem nortear a atuação administrativa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. De acordo com o Art. 5º, VII, da CF/88, "é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva" é uma norma de eficácia contida.

Gabarito: Errado

Comentários: Pois nesse caso é de eficácia limitada. Como dependem de regulamentação futura para produzirem todos os seus efeitos, não será de eficácia contida. Dica: normalmente as expressões "salvo disposição em lei" ou "estabelecida em lei" será eficácia contida, já as expressões "a lei disporá", "na forma da lei" ou "nos termos da lei" será eficácia limitada.

17. Eduardo é brasileiro naturalizado e, cansado de morar no Brasil, se mudou para a França. Dois anos depois, conheceu a Anna Victorino, que é espanhola e logo se casou com ela. Quando Anna Victorino estava a serviço de seu país na Escócia, nasceu Conor McGregor, filho do casal, que não foi registrado no consulado brasileiro nem no espanhol. Quando completou 18 anos de idade, McGregor foi para o Brasil e, apaixonado pela Bahia, decidiu se mudar definitivamente. Logo após, resolveu escolher pela nacionalidade brasileira. Nesse caso, é correto afirmar que Conor McGregor será brasileira nato.

Gabarito: Certo

Comentários: Pois mesmo o pai sendo brasileiro naturalizado haverá a possibilidade de ser brasileiro nato, sendo assim, o filho que vier a residir em qualquer momento no Brasil e, após a maioridade, optar pela nacionalidade brasileira, será



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

considerado brasileiro nato. É a famosa nacionalidade potestativa.

18. É defesa a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

Gabarito: Certo

Comentários: Pois é a previsão expressa do Art. 8º, II, da CF/88. A palavra "defeso" significa proibido, não caiam nessa pegadinha!

19. A idade mínima para se eleger vereador ou se tornar juiz de paz é aos dezoito anos.

Gabarito: Errado

Comentários: Para se tornar vereador realmente é necessária a idade mínima de dezoito anos, já no caso de juiz de paz é necessário, no mínimo, ter vinte e um anos de idade.

20. É uma competência exclusiva da União a exploração dos portos marítimos, fluviais e lacustres diretamente ou mediante autorização, permissão ou concessão.

Gabarito: Certo

Comentários: É quase a literalidade do Art. 21, XII, alínea a, da CF/88. "Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os portos marítimos, fluviais e lacustres".

21. As ilhas costeiras são bens públicos que pertencem à União, com exceção das ilhas que contenham as sedes de capitais ou que possuam unidades de conservação estadual ou municipal.

Gabarito: Errado

Comentários: São bens da União as ilhas costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto... e as referidas no art. 26, II; [...] Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados: [...] II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.

22. O Presidente da República poderá criar, através de decreto autônomo, um órgão público, caso não acarrete aumento de despesa.

Gabarito: Errado

Comentários: Pois o Presidente da República não pode criar nem extinguir órgãos públicos através de decretos autônomos, mesmo que não aumente despesa.

23. As Comissões Parlamentares de Inquérito podem determinar interceptação telefônica e quebra de sigilo de correspondências.

Gabarito: Errado

Comentários: As CPIs não possuem tal competência. As CPIs podem determinar a quebrar o sigilo bancário, fiscal e de dados. A diferença entre a quebra do sigilo e as interceptações é que no primeiro caso tem-se acesso ao extrato de movimentações e histórico de ligações, mas não ao conteúdo das conversas, como é o caso da interceptação.

24. O controle político inclui a fiscalização das contas dos administradores e de demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.

Gabarito: Errado

Comentários: Esse é um tipo de controle externo feito pelo TCU. Controle político é aquele que um Poder que atua no sistema de freios e contrapesos, interferindo em outro poder quando em excesso, como é o caso quando o Congresso



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

Nacional susta os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

25. O Conselho Nacional de Justiça é um órgão não-jurisdicional, que possui atividade administrativa e financeira, sendo composto por quinze membros com mandatos de dois anos, permitida uma recondução e é presidido pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Gabarito: Errado

Comentários: Estava quase tudo certo, exceto que quem preside o CNJ é o presidente do STF, não do STJ.

DIREITO EMPRESARIAL

26. Decretada a falência de uma sociedade empresária, a alienação judicial dos vários mercadorias e imóveis que integravam seu estabelecimento, e foram arrecadados pelo administrador judicial, ocorreu após 3 anos da prolação da sentença.

Considerando a situação hipotética e no que concerne à Lei de Recuperação e Falências – Lei 11.101/2005, julgue a alternativa a seguir.

No interregno entre a decretação da falência e a alienação judicial, os créditos devidos à Fazenda Estadual, referentes aos fatos geradores do ICMS, são considerados extraconcursais, com pagamento após as custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa falida tenha sido vencida.

Gabarito: Certo

Comentários: Créditos extraconcursais são basicamente os que surgem após a decretação da falência. O devedor tem sua falência decretada e mesmo assim, continua, no decorrer do processo da falência, contraindo dívidas por meio de obrigações.

Lei 11.101/2005. Art. 84. Serão considerados créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre os mencionados no art. 83 desta Lei, na ordem a seguir, aqueles relativos:

I - (revogado);

I-A - às quantias referidas nos arts. 150 e 151 desta Lei;

I-B - ao valor efetivamente entregue ao devedor em recuperação judicial pelo financiador, em conformidade com o disposto na Seção IV-A do Capítulo III desta Lei;

I-C - aos créditos em dinheiro objeto de restituição, conforme previsto no art. 86 desta Lei;

I-D - às remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, aos reembolsos devidos a membros do Comitê de Credores, e aos créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência;

I-E - às obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados durante a recuperação judicial, nos termos do art. 67 desta Lei, ou após a decretação da falência;

II - às quantias fornecidas à massa falida pelos credores;

III - às despesas com arrecadação, administração, realização do ativo, distribuição do seu produto e custas do processo de falência;

IV - às custas judiciais relativas às ações e às execuções em que a massa falida tenha sido vencida;

V - aos tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, respeitada a ordem estabelecida no art. 83 desta Lei.

Para responder à questão precisamos saber a ordem de pagamento entre os diversos tipos de créditos extraconcursais.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

27. Dollynho, necessitando transportar uma substância ilícita para o Rio de Janeiro, contrata Lima, piloto de uma lancha de pequeno porte. A substância ilícita estava escondida em um fundo falso na mala de Dollynho. Lima desconhecia a presença desse material durante a navegação. Ao chegarem no Rio de Janeiro, foram surpreendidos pela polícia que identificou a substância ilícita nos pertences de Dollynho.

Considerando o caso hipotético descrito, é possível afirmar que o contrato de transporte é nulo, pois objetiva fraudar lei imperativa.

Gabarito: Errado

Comentários:

Código Civil:

Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando:

III - o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;

O contrato de transporte é válido, pois o motivo ilícito não era comum a ambas as partes.

No caso concreto, Dollynho firmou com Lima um contrato de transporte de pessoa em que o transportador se obriga a remover uma pessoa e sua bagagem de um local para outro mediante remuneração. Desta forma o contrato de transporte de pessoas abrange a obrigação de transportar a bagagem do passageiro. Assim, o transporte da bagagem é acessório ao contrato de transporte de pessoas. Portanto, ainda que Dollynho tenha transportado substância ilícita em sua bagagem, isso não torna nulo ou anulável o contrato de transporte, até porque Lima não tinha ciência do que Dollynho transportava.

Assim, como o motivo determinante era ilícito apenas para Dollynho, o contrato é válido. Trata-se da aplicação do princípio da boa-fé contratual em relação a Lima.

28. As contratações eram, tradicionalmente, instrumentalizadas em meio físico (papel), de

modo que o contato pessoal entre as partes contratantes se fazia quase sempre imprescindível.

Com base no tema comércio eletrônico, julgue o item a seguir.

Com a internet, entretanto, permite-se o contato e a manifestação de vontade por meio virtual. A esse tipo de contratação dá-se o nome de comércio eletrônico.

Gabarito: Certo

Comentários: A assertiva está correta, além disso, caracteriza-se o comércio eletrônico sempre que a venda de produtos ou serviços é instrumentalizada por meio de transmissão eletrônica de dados, o que ocorre no ambiente virtual da rede mundial de computadores (internet).

29. A sociedade em conta de participação é o que a doutrina chama de sociedade secreta. Na verdade, não se trata, propriamente, de uma sociedade, mas de um contrato especial de investimento.

Com base no disposto na legislação relativa ao direito empresarial e societário e na jurisprudência sobre esses ramos do direito, julgue o item a seguir.

A sociedade em conta de participação é um tipo de sociedade personificada e apresenta duas categorias distintas de sócios: o sócio ostensivo e os sócios participantes (também chamados de sócios ocultos). Ela só existe internamente, ou seja, entre os sócios. Externamente, isto é, perante terceiros, só aparece o sócio ostensivo, o qual exerce, em seu nome individual, a atividade empresarial, e responde sozinho pelas obrigações contraídas.

Gabarito: Errado

Comentários: Cuidado com a pegadinha!



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

A sociedade em conta de participação é um tipo de sociedade não personificada.

O restante da assertiva está correto.

As sociedades não personificadas são as sociedades em comum e sociedade em conta de participação. Além disso, o Código civil também cuida das sociedades personificadas, quais sejam: a sociedade simples pura, a sociedade limitada, a sociedade anônima, a sociedade em nome coletivo, a sociedade em comandita simples, a sociedade em comandita por ações e a sociedade cooperativa.

A principal consequência da personificação das sociedades é o reconhecimento da sociedade como sujeito de direitos, ou seja, como ente autônomo dotado de personalidade distinta da pessoa dos seus sócios e com patrimônio também autônomo, que não se confunde com o patrimônio dos sócios.

30. Créditos quirografários são aqueles que decorrem somente do simples encontro de vontade entre as partes, tendo como garantia a simples promessa do devedor de que, no vencimento, vai adimplir a obrigação.

A respeito da classificação dos créditos na falência, é correto afirmar que os créditos quirografários têm preferência sobre os créditos tributários.

Gabarito: Errado

Comentários: Na falência existe um momento em que o administrador judicial precisa pagar os créditos do falido. Esses créditos serão pagos de acordo com o tipo de privilégio e preferência que o crédito possui e de acordo com a ordem estabelecida em lei para tipo de crédito.

A ordem de pagamento dos créditos na falência é a seguinte:

Lei 11.101/2005. Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

I - os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho

II - os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado;

III - os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, exceto os créditos extraconcursais e as multas tributárias

VI - os créditos quirografários, a saber

a) aqueles não previstos nos demais incisos deste artigo;

b) os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento;

c) os saldos dos créditos derivados da legislação trabalhista que excederem o limite estabelecido no inciso I do caput deste artigo;

VII - as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias

VIII - os créditos subordinados, a saber

a) os previstos em lei ou em contrato;

b) os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício cuja contratação não tenha observado as condições estritamente comutativas e as práticas de mercado;

IX - os juros vencidos após a decretação da falência, conforme previsto no art. 124 desta Lei.

A assertiva está errada já que os quirografários estão no inciso VI e os créditos tributários estão no inciso III, então os créditos tributários têm preferência sobre os quirografários.

DIREITO CIVIL

31. Dioclésio, turista brasileiro na badalada cidade de Las Vegas (EUA), buscando diversão com amigos foi a um cassino naquela cidade, cuja



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

atividade é lícita segundo as regras locais, e, após horas de jogatina, contraiu uma dívida de U\$ 1,000.00. Desesperado com tal situação, Dioclésio conseguiu sair do local sem efetuar o pagamento devido e, no dia seguinte, desesperadamente conseguiu retornar ao Brasil. Meses se passaram e para a surpresa de Dioclésio, ele foi comunicado da existência de uma ação de cobrança proposta no Brasil pela sociedade empresária administradora do cassino de Las Vegas. Nessa ação, foi alegada que a obrigação foi regularmente contraída nos Estados Unidos da América e não foi paga. Inconformado, Dioclésio buscou sustentar perante o juízo que a cobrança é ilícita, pois a atividade de jogos de azar, explorada por cassinos, é proibida pela legislação brasileira. Por conta dessa proibição, segundo Dioclésio, a dívida é inexigível judicialmente e entender o fato de modo diverso geraria violação à soberania brasileira.

Considerando a situação hipotética e as previsões contidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item abaixo:

A dívida de jogo contraída por Dioclésio, no exterior, é exigível no Brasil.

Gabarito: Certo

Comentários: A afirmação está correta, pois, para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem, conforme preceitua o Art.9º da LINDB. Dessa forma poderá ser aplicada no Brasil a lei estrangeira, desde que não ofenda a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes (Art.17 da LINDB).

32. Em 31/12/2017, Douglas, que era brasileiro nato e casado sob o regime legal com Alice, também brasileira nata, ambos residentes e domiciliados na China, faleceu por decorrência de um vírus até então desconhecido. Douglas deixou dois filhos como herdeiros, Nancy e Gaviel, residentes e domiciliados na pacata cidade de Catanduva, localizada no interior de Santa

Catarina, e os seguintes bens a inventariar: a casa em que residia no exterior, uma casa simples no bairro de bonsucesso, situado no estado do Rio de Janeiro, e dois automóveis, também localizados na China. O casamento de Douglas e Alice foi celebrado na cidade de origem de Alice. Antes do casamento, ele residia e era domiciliado no Brasil, ao passo que ela residia e era domiciliada em um país do leste europeu. O primeiro domicílio do casal foi no exterior.

Considerando a situação hipotética e as previsões contidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item abaixo:

A sucessão de Douglas obedecerá à lei brasileira.

Gabarito: Errado

Comentários: A sucessão de Douglas será regulamentada pelo país em que era domiciliado, conforme assevera o art. 10 da LINDB (A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens). Importante saber que, de acordo com esse artigo, REGRA GERAL, quando uma pessoa morre e deixa bens que deverão ser partilhados entre seus herdeiros, esta partilha (sucessão), obedecerá às leis do lugar onde era domiciliado o morto, independentemente de sua nacionalidade, do local do local de seu falecimento, bem como da natureza e situação dos bens.

33. Em atendimento ao princípio da autonomia da vontade considera-se legítimo o ato de disposição do próprio corpo que importe em diminuição permanente da integridade física, firmado mediante benefício econômico em proveito do doador, desde que oriundo de contrato escrito com cláusula de irrevogabilidade e irretratabilidade.

Gabarito: Errado

Comentários: A assertiva contraria totalmente o que prescreve o Art.13 do Código Civil, que



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

apregoa que, salvo por exigência médica, é defeso (proibido) o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

34. Marcelo e Marta são sócios da empresa M&M Comércio de Produtos Alimentícios Ltda, sendo o primeiro sócio administrador da sociedade empresária. Afetada pela crise econômica que se instaurou no Brasil nos últimos anos, a sociedade empresária foi encerrada pelos sócios, de forma irregular. Logo em seguida os mesmos sócios abriram a empresa L&L Alimentos Ltda., em outro ponto da cidade, tendo sido integralizado o capital desta com os bens da empresa M&M Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. Os credores da empresa M&M Comércio de Produtos Alimentícios Ltda são exclusivamente fornecedores.

Considerando a situação hipotética e as previsões contidas no Código Civil, julgue o item abaixo:

Nessa situação, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o encerramento, de forma irregular, das atividades da sociedade M&M Comércio de Produtos Alimentícios Ltda é, por si só, causa para que os credores indiquem como caracterizada a desconsideração da personalidade jurídica, na forma do Código Civil.

Gabarito: Errado

Comentários: A assertiva está errada, pois a dissolução irregular por si só não é suficiente para desconsideração de personalidade jurídica. Importante saber que a mera demonstração de insolvência da pessoa jurídica ou de sua dissolução irregular sem a devida baixa no órgão de registro, considerados isoladamente, não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica. Nos termos da teoria adotada pelo Código Civil, é a intenção ilícita e fraudulenta que autoriza a aplicação do instituto.

"Art. 50: Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso".

35. O negócio jurídico nulo pode ser convertido em outro negócio jurídico válido se os requisitos da substância e forma desse último estiverem presentes e se o fim que objetivavam as partes permitir supor que teriam desejado a conversão caso tivessem previsto a nulidade.

Gabarito: Certo

Comentários: A assertiva está correta, pois a conversão refere-se à hipótese em que o negócio nulo não pode prevalecer na forma pretendida pelas partes, mas, como seus elementos são idôneos para caracterizar outro, pode ser transformado em outro de natureza diversa, desde que isso não seja proibido. Dessa forma, ter-se-á conversão própria apenas se for verificado que os contratantes teriam pretendido a celebração de outro contrato, se tivessem ciência da nulidade do que realizaram. A conversão subordinar-se-á à intenção das partes de dar vida a um contrato diverso, na hipótese de nulidade do contrato que foi por elas estipulado, mas também à forma, por ser imprescindível que, no contrato nulo, tenha havido observância dos requisitos de substância e de forma do contrato em que poderá ser transformado para produzir efeitos, conforme dispõe o art. 170 do Código Civil (Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade).



DIREITO PENAL

36. Segundo a teoria da ubiquidade, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nesse sentido, é correto afirmar que não se aplica a teoria da ubiquidade nas infrações penais de menor potencial ofensivo.

Gabarito: Certo

Comentários: Vou dar uma dica para vocês: em regra, o lugar do crime segue o princípio da teoria da ubiquidade, mas essas são as seguintes exceções: crimes conexos, crimes plurilocais, infrações penais de menor potencial ofensivo, crimes falimentares e atos infracionais. Esses casos não seguem a teoria da ubiquidade.

37. Sobre a tentativa, julguem o item a seguir:

Conforme a doutrina e jurisprudência majoritárias, os crimes de empreendimento não admitem tentativa.

Gabarito: Certo

Comentários: Os crimes de empreendimento, também conhecidos como atentados, não admitem tentativa, pois o seu tipo penal já prevê a própria tentativa, afastando assim a tentativa genérica prevista no art. 14, II, do Código Penal. Um exemplo é o crime do art. 352, observem: "Art. 352 – Evadir-se ou tentar evadir-se o preso ou o indivíduo submetido a medida de segurança detentiva, usando de violência contra a pessoa:" viram quem a própria tentativa já caracteriza o crime consumado, não havendo possibilidade então de incidir a tentativa genérica.

38. Situação hipotética: Luciana, 19 anos, pensa estar grávida de seu namorado. Desesperada e com medo do que seus pais poderiam achar, ela entra na internet e pesquisa sobre diversos chás

que poderiam provocar um efeito abortivo. Tão logo, vai em uma casa de produtos naturais e compra os referidos chás, prepara-os em casa e, finalmente, os toma. Porém, 4 dias depois, descobre que tudo isso era fruto de sua imaginação e que, na verdade, ela nunca esteve grávida.

Nesse caso, é correto afirmar que Luciana cometeu um delito putativo por erro de tipo.

Gabarito: Certo

Comentários: Luciana na verdade cometeu um delito putativo, ou seja, um delito imaginário, pois ela possuía a vontade de cometer um crime, mas como não havia fato punível, como ela realmente não estava grávida, não houve crime algum. Tudo fica na imaginação da pessoa, mesmo ela possuindo a intenção, não há fato típico ou punível, visto que ela nunca esteve grávida, então nunca teria como ela abortar. Diferentemente do erro de tipo, que a pessoa comete o crime de forma enganada, não possuindo dolo, no delito putativo a pessoa tem o dolo, mas o crime se torna impossível.

39. Situação hipotética: Fernando, Auditor Fiscal da Receita Federal, servidor autorizado a mexer no sistema eletrônico, alterou indevidamente dados corretos no banco de dados do seu órgão com o fim de obter vantagem indevida para si, já que receberia R\$ 20.000,00 por esse serviço. Nesse caso, é incorreto afirmar que Fernando cometeu o crime de peculato eletrônico e não o crime de falsidade ideológica.

Gabarito: Errado

Comentários: Pois Fernando cometeu o crime de peculato eletrônico previsto no Art. 313-A do Código Penal, também conhecido como inserção de dados falsos em sistema de informações. Não houve o crime de falsidade ideológica, pois Fernando era funcionário autorizado e tinha intenção de obter vantagem financeira pela



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

prática, o que configura um crime funcional próprio. A qualidade de servidor autorizado caracteriza o crime do Art. 313-A do CP.

40. Henrique encontra uma mulher no caixa eletrônico com dificuldades de depositar seu dinheiro, pois seria a primeira vez que faria algo parecido. Assim, muito atencioso, mas com segundas intenções, Henrique se oferece para ajudá-la. Após a mulher ter entregado o envelope com o dinheiro dentro, Henrique finge ter colocado dentro do caixa eletrônico, e logo em seguida, o guarda no bolso de seu casaco. Nesse caso, é correto afirmar que Henrique cometeu o crime de furto qualificado mediante fraude.

Gabarito: Errado

Comentários: Pois Henrique cometeu o crime de estelionato. A grande diferença entre o crime do falso e o furto qualificado é que no primeiro caso a vítima entrega, por estar enganada, ao criminoso por livre e espontânea vontade. Já no caso do furto, o criminoso subtrai o bem através de um artifício, mas sem que a vítima colabore.

DIREITO TRIBUTÁRIO

41. Para que possa ser enquadrada na definição de tributo estabelecida no Código Tributário Nacional, uma prestação pecuniária deve, entre outras características, ser de cobrança compulsória e ter seletividade.

Gabarito: Errado

Comentários: As características definidoras de tributo são 6: prestação pecuniária + compulsória + em moeda/cujo valor nela se possa exprimir + não constitui sanção por ato ilícito + instituída em lei + cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. A seletividade é característica de alguns tributos e não de todos.

CTN, Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

42. O Código Tributário Nacional veda que um ente público delegue a função de arrecadar e fiscalizar tributos a outra pessoa jurídica de direito público.

Gabarito: Errado

Comentários: A capacidade tributária ativa (arrecadar, fiscalizar e executar) é delegável a pessoas jurídicas de direito público. Ainda: a merda função de arrecadar é delegável a pessoas jurídicas de direito privado; já a competência tributária é absolutamente indelegável.

CTN. Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.

43. A existência de conjuntura que exija absorção temporária de poder aquisitivo pode ensejar a instituição de empréstimos compulsórios por parte da União.

Gabarito: Errado

Comentários: Embora exista essa previsão no CTN, a doutrina entende que tal previsão não foi recepcionada pela CF88.

CF88, Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b".

44. O Princípio da Anterioridade Anual permite ao contribuinte programar-se financeiramente, adequando os seus gastos, de forma a poder honrar no futuro com o pagamento de tributos recém-criados ou majorados.

Gabarito: Certo

Comentários: Esta é uma consequência imediata do referido princípio (também relacionado à "não-surpresa").

CF/88. Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

45. A imunidade recíproca trata especificamente de impostos, sendo aplicável aos entes de maior abrangência territorial em detrimento dos entes de menor abrangência territorial.

Gabarito: Errado

Comentários: O erro está em afirmar que há preferência ou prioridade para os entes de maior abrangência (ex.: União) em detrimento dos entes de menor abrangência (ex.: estados). Não há qualquer distinção entre U/E/DF/M no que diz respeito à imunidade tributária recíproca.

CF88. Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

46. A data de inscrição e a quantia devida sempre estarão indicadas no termo de inscrição da dívida ativa.

Gabarito: Certo

Comentários: Trata-se de uma previsão imediata do Art. 202 do CTN. Recomenda-se memorizar tal artigo pois o mesmo vem sendo cobrado em grandes concursos da área fiscal.

CTN. Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - a data em que foi inscrita;

V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

47. Os municípios participam da partilha da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação de petróleo e derivados.

Gabarito: Certo

Comentários: Art. 159. A União entregará: (...)

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º (CIDE Combustível) 29% para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (...)



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, 25% serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

48. Em regra, a constituição do crédito tributário é regida pela legislação vigente na data da ocorrência do fato gerador.

Gabarito: Certo

Comentários: CTN. Art. 144. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

49. Situação hipotética: Em 2018, vigia lei que estabelecia a alíquota de 2,5% para o ISS de determinado serviço no município de Maceió-AL. Em anos posteriores, essa alíquota foi modificada sucessivamente: no exercício de 2019, passou a ser de 1,5%; em 2020, de 3,0%; e, em 2021, de 4%.

Assertiva: Nesse caso, se o fisco viesse a lavrar auto de infração em 2021 para efetuar o lançamento do ISS sobre fato gerador de 2019, deverá adotar a alíquota de 4%.

Gabarito: Errado

Comentários: A alíquota a ser utilizada deverá ser de 1,5%, que era a vigente na época de ocorrência do fato gerador do imposto (ano 2019).

CTN. Art. 144. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

50. Em que pese a definição de tributo não abarcar as multas tributárias, é correto dizer que a obrigação tributária principal corresponde a uma prestação pecuniária que tenha como objeto o

pagamento de tributo ou de multa por descumprimento da legislação tributária.

Gabarito: Certo

Comentários: São duas perguntas em uma. De fato, as multas em geral não podem ser consideradas tributo (pois são sanções de ato ilícito), mas, por outro lado, a obrigação principal que tem por objeto o pagamento de multa/penalidade pecuniária constitui, sim, obrigação principal.

CTN, Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

CTN. Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

CONTABILIDADE GERAL

51. Um estoque que uma entidade pretenda consumir no decurso normal do seu ciclo operacional deve ser por ela classificado como ativo não circulante no balanço patrimonial.

Gabarito: Errado

Comentários: Trata-se de um típico ativo circulante, que será utilizado pela empresa ao longo do seu ciclo operacional normal.

CPC 26 (R1). 66. O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

(a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (...)



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

52. Debêntures, empréstimos, obrigações tributárias e fornecedores são típicas contas integrantes do passivo no balanço patrimonial de uma entidade.

Gabarito: Certo

Comentários: Todas as quatro contas representam obrigações presentes da entidade que surgiram como resultado de eventos passados. A mais incomum delas, a conta Debêntures, é uma espécie de título de crédito atrelada a um "empréstimo" que uma companhia faz junto a terceiros. A debênture garante alguns direitos aos seus possuidores perante a emissora da debênture (a empresa que se torna "devedora").

CPC 00 (R2). 4.26 Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

4.27 Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

(a) a entidade tem uma obrigação (ver de 4.28 a 4.35);

(b) a obrigação é de transferir um recurso econômico (ver itens de 4.36 a 4.41); e

(c) a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados.

53. Com base no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue o item subsecutivo.

O valor em uso de um ativo deve contemplar os custos de transação que a entidade que detém o controle do referido ativo espera incorrer no futuro, caso venha a negociar esse ativo ao final de sua vida útil.

Gabarito: Certo

Comentários: O valor em uso NÃO deve incluir os custos de transação incorridos na aquisição do ativo, mas DEVE incluir tais custos de transação que a entidade espera incorrer quando da alienação de tal ativo.

CPC 00 (R2). 6.18. Como o valor em uso e o valor de cumprimento baseiam-se em fluxos de caixa futuros, eles não incluem custos de transação incorridos ao adquirir o ativo ou assumir o passivo. Entretanto, o valor em uso e o valor de cumprimento incluem o valor presente de quaisquer custos de transação que a entidade espera incorrer na alienação final do ativo ou no cumprimento do passivo.

54. De acordo com o CPC 03, recebimentos de caixa decorrentes de honorários e comissões se associam a atividades operacionais, enquanto o recebimento de royalties se associa a atividades de investimentos.

Gabarito: Errado

Comentários: Todos os três recebimentos mencionados se classificam como atividades operacionais (honorários, comissões e royalties).

CPC 03. 14. Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade. Portanto, eles geralmente resultam de transações e de outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo. Exemplos de fluxos de caixa que decorrem das atividades operacionais são:

(b) recebimentos de caixa decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas;

55. Com base na Lei 6.404/76, é correto afirmar que companhia fechada cujo capital social, na data do balanço, seja inferior a R\$ 2.000.000,00 não está obrigada a elaborar e apresentar a demonstração dos fluxos de caixa.

Gabarito: Errado

Comentários: Para que uma companhia fechada não seja obrigada a apresentar a DFC o seu patrimônio líquido (e não seu capital social) deve ser inferior a R\$ 2.000.000,00 na data do balanço.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

Lei 6.404/1976. Art. 176. § 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.

56. O reconhecimento de uma provisão passiva só poderá existir se a empresa souber exatamente o valor da despesa que originou essa provisão.

Gabarito: Errado

Comentários: O que se requer, no que diz respeito ao valor da provisão passiva, é que se tenha uma estimativa confiável (não é necessária certeza ou exatidão).

CPC 25. 14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

57. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação. Os custos de transformação abrangem custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados.

Gabarito: Errado

Comentários: Custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição constituem os chamados Custos de Aquisição (e não os Custos de Transformação).

CPC 16. 11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os

recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. (...).

12. Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, como pode ser o caso da mão de obra direta. Também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados. (...).

58. Os ativos intangíveis são ativos não monetários, identificáveis e sem substância física.

Gabarito: Certo

Comentários: Não é uma questão trivial! Os ativos não monetários, se caracterizam, fundamentalmente por não serem representados por dinheiro ou por direitos a serem recebidos em dinheiro (há ausência do direito a receber ou da obrigação de entregar um valor determinável em moeda corrente). Por bem identificável você deve entender que é um bem separável dos demais ou resulta de direitos contratuais/legais.

CPC 26. Definições. Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.

Ativo monetário é aquele representado por dinheiro ou por direitos a serem recebidos em uma quantia fixa ou determinável de dinheiro.

CPC 02. 16. (...) Por outro lado, a característica essencial de item não monetário é a ausência do direito a receber (ou da obrigação de entregar) um número fixo ou determinável de unidades de moeda. Alguns exemplos incluem: adiantamento a fornecedores de mercadorias; adiantamento a prestadores de serviços; goodwill; ativos intangíveis; estoques; imobilizado; ativo de direito de uso; e provisões a serem liquidadas mediante a entrega de ativo não monetário.



CONTABILIDADE DE CUSTOS

59. Quanto maior for o volume de produção, maior será o custo fixo por unidade produzida.

Gabarito: Errado

Comentários: Quanto maior for o volume de produção, menor será o custo fixo por unidade produzida. Temos uma relação inversamente proporcional. Não se esqueça de que o custo fixo TOTAL não varia conforme o volume de produção.

60. Os custos de transformação de estoques incluem os custos indiretos de produção variáveis, que variam conforme a quantidade produzida. Os custos indiretos de produtos fixos, que independem do volume da produção, são considerados despesas operacionais, não compondo o lucro bruto.

Gabarito: Errado

Comentários: Os Custos de Transformação podem ser entendidos como a soma de todos os Custos de Produção, exceto os relativos a matérias-primas e outros eventuais adquiridos e empregados sem nenhuma modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas, etc.). Representam esses Custos de Transformação o valor do esforço da própria empresa no processo de elaboração de um determinado item (mão de obra direta e indireta, energia, materiais de consumo industrial, etc.).

A alternativa pecou em dizer que os custos indiretos de produção fixos são considerados despesas operacionais, não compondo o lucro bruto, já que essa sistemática de apropriação de custos está relacionada ao procedimento de Custeio variável.

61. Levando em conta os melhores conceitos acerca da contabilidade de custos, julgue os itens abaixo:

Sucatas são itens cuja venda é esporádica e realizada por valor não previsível na data em que surgem na fabricação. Por isso, não só não recebem custos, como também não têm sua eventual receita considerada como diminuição dos custos de produção. Mesmo que existam em quantidades razoáveis na empresa, não aparecem como estoque na contabilidade. Quando ocorre sua venda, têm sua receita considerada como Outras Receitas Operacionais.

Gabarito: Certo

Comentários: A assertiva reproduz o conceito correto de sucata, que costuma ser recorrente em provas. Não pode deixar de saber esses detalhes para não perder questão fácil na prova.

62. Existe na produção contínua, e também na produção por ordem, o custo conjunto representado pela soma dos gastos de produção incorridos até o momento em que de uma matéria-prima surgem diversos produtos. Estes podem ser os coprodutos ou os subprodutos. Os subprodutos, por sua vez, não podem ser confundidos com as sucatas, que podem ou não ser decorrência normal do processo de produção. Quanto à avaliação e ao tratamento contábil a serem dados a estes itens, pode-se afirmar que os subprodutos devem ser avaliados segundo os mesmos critérios de avaliação utilizados para a avaliação dos coprodutos.

Gabarito: Errado

Comentários: Os coprodutos são os produtos principais, que recebem custos de produção. Já os subprodutos são avaliados pelo valor de venda, e são contabilizados como uma recuperação do custo da produção.

63. A empresa Boi bravo Comércio de Carnes Ltda. adquiriu em um determinado mês, 10 (dez) bois vivos, ao preço de R\$ 340,00 cada, com ICMS incluso de 18%. Durante o processo de abate de



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

todos os animais, a empresa incorreu nos seguintes custos operacionais:

- Mão-de-obra direta R\$ 503,00
- Custos indiretos R\$ 1.045,00

O produto acabado é vendido no mercado pelos seguintes preços de venda:

- Filé mignon R\$ 10,00/kg
- Picanha R\$ 11,00/kg
- Alcatra R\$ 6,00/kg
- Demais carnes (preço médio) R\$ 5,00/kg
- Miúdos R\$ 2,00/kg
- Ossos e couros R\$ 1,00/kg

A produção total foi de:

- Filé mignon R\$ 30kg
- Picanha R\$ 40/kg
- Alcatra R\$ 45/kg
- Demais carnes (preço médio) R\$ 800/kg
- Miúdos R\$ 120/kg
- Ossos e couros R\$ 50/kg

A empresa atribui custos aos diferentes produtos com base no valor de venda dos mesmos. Considerando os dados acima, pode-se afirmar que os custos de produção da picanha e da alcatra foram, respectivamente, R\$365,00 e 221,00.

Gabarito: Errado

Comentários:

Custo conjunto:

1. 10 bois x R\$ 340,00 = \$ 3.400,00 (-) ICMS 18% = R\$ 2.788,00
2. Mão-de-obra direta R\$ 503,00
3. Custos indiretos R\$ 1.045,00

Total de Custos conjuntos \$\$ 4.336,00

% de rateio aos produtos:

PRODUTO	R\$/Kg	Kgs	Total	%
Filé mignon	10	30	300	
Picanha	11	40	440	8,3
Alcatra	6	45	270	5,1
Demais carnes	5	800	4000	
Miúdos	2	120	240	
Ossos e couros	1	50	50	
Total			5300	100%

O custo de produção da picanha e da alcatra são:

- Picanha: R\$ 4336 x 8,3 % = R\$ 360,00
- Alcatra: \$ R4336 x 5,1% = R\$ 221,00

64. Com relação ao custo padrão, julgue o item subsequente:

O custo padrão deve ser sempre comparado com o custo estimado, de modo a permitir a identificação das causas de eventuais variações e a adoção de correções futuras.

Gabarito: Errado

Comentários: Cuidado! Pegadinha clássica! O custo padrão deve ser sempre comparado com o custo real, ocorrido, e não com o custo estimado.

65. O custo padrão estimado é um custo determinado de forma científica pela engenharia de produção da empresa, dentro das condições ideais de qualidade dos materiais, da eficiência da mão de obra, com o mínimo de desperdício de todos os insumos envolvidos.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

Gabarito: Errado

Comentários: A questão tentou confundir, apresentando a definição de custo padrão ideal e não custo padrão estimado.

Custo Padrão ideal: É o que seria alcançado com o uso dos melhores materiais possíveis, com a mais eficiente mão de obra viável, a 100% da capacidade da empresa.

Custo Padrão estimado: É resultante dos valores observados em períodos anteriores. Considera que a média do custo de períodos passados é um número válido e apenas efetua algumas modificações esperadas, como o volume de produção, mudança de equipamentos etc.

ECONOMIA

66. Com relação aos instrumentos de política fiscal, monetária e cambial, julgue o item que se segue.

A utilização de “barreiras à importação”, tais como a tributação excessiva sobre mercadorias importadas e as cotas de importação, tende a conter a depreciação da taxa de câmbio da moeda nacional.

Gabarito: Certo

Comentários: As importações tendem a depreciar a taxa de câmbio nacional, já que mais dólares são demandados para se efetuar as compras. Assim, ao se utilizarem barreiras à importação, esse efeito é limitado.

Com relação à contabilidade nacional, julgue os itens 67 e 68.

67. Em uma economia fechada e sem governo, as famílias destinam sua renda total ao consumo e à poupança.

Gabarito: Certo

Comentários: Isso ocorre pois como não há governo, a renda disponível das famílias é numericamente igual a sua renda total. Caso houvesse governo, a renda disponível é que seria destinada ao consumo e à poupança.

68. Pela lógica da produção, os serviços domésticos não entram no cômputo do PIB.

Gabarito: Certo

Comentários: Por se tratar de um serviço efetuado pessoalmente (não há uma “firma”), os serviços domésticos não entram como produto adicionado ao PIB. Por outro lado, esse valor é considerado no cálculo do PIB através da ótica da despesa (afinal, é um gasto para as famílias) e por meio da ótica da renda (já que é um salário).

69. No que se refere às relações financeiras com o resto do mundo, julgue o item que se segue.

A absorção de poupança do resto do mundo por um país não necessariamente significa déficit de sua Balança Comercial.

Gabarito: Certo

Comentários: Verdadeiro. A absorção de poupança do resto do mundo significa déficit em Transações Correntes. Ocorre que a Balança Comercial é apenas uma parte da conta Transações Correntes, a qual é composta também por Rendas Primárias e Rendas Secundárias. Com efeito, é possível que a Balança Comercial seja superavitária e, mesmo assim, haja déficit em Transações Correntes, bastando, para isso, que as contas Rendas Primárias e Rendas Secundárias sejam negativas e superem, em módulo, o superávit da Balança Comercial.

70. Acerca de contabilidade nacional e política monetária, julgue o item a seguir.

As três razões pelas quais as pessoas demandam moeda são porque ela serve como meio de troca,



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

possui reserva de valor e constitui unidade de conta.

Gabarito: Errado

Comentários: Essas são as funções básicas da moeda. As razões pelas quais as pessoas demandam moeda são por motivos de precaução, transação e especulação.

71. Acerca dos modelos de análise macroeconômica, julgue o item.

A redução de impostos financiados pelo endividamento público possui a dupla função de incentivar o consumo e aumentar a poupança nacional.

Gabarito: Errado

Comentários: A redução de impostos realmente incentiva o consumo, já que aumenta a renda disponível das famílias. A poupança nacional, por outro lado, é diminuída, pois o aumento do endividamento diminui a poupança pública, a qual faz parte da poupança nacional. Vale mencionar que, apesar de a redução de impostos gerar um ganho na poupança privada, é pacífico o entendimento de que o endividamento causa maior perda na poupança pública.

A respeito dos conceitos de microeconomia, julgue os itens 72 e 73.

72. A fronteira de possibilidades de produção representa a produção real de uma economia no desenvolvimento de um par de bens ou serviços.

Gabarito: Errado

Comentários: Na verdade, a fronteira de produção representa o potencial produtivo da economia, já que a produção real pode ser igual ou menor à curva. Além disso, a construção da curva leva em consideração a produção de apenas dois bens ou serviços.

73. Mesmo estando sobre a curva de possibilidades, não há garantia de que a economia esteja operando com eficiência, já que é preciso se analisar a relação de preços entre os insumos.

Gabarito: Errado

Comentário: Se estivermos sobre a curva de possibilidades, podemos sim afirmar que a economia está operando com eficiência, afinal, todos os recursos estão sendo utilizados na produção. Para a CPP, eficiência somente tem a ver com a produção dos bens, e não com os seus preços.

Enunciado para as questões 74 e 75.

A função de produção de uma firma é dada por $Y = L^3K + L$, em que Y é produto, L é a quantidade de trabalho e K é o estoque de capital. Sabendo que a firma deseja produzir com $K = 20$, julgue os itens a seguir.

74. A produtividade média da firma será igual a $20L^2 + 1$.

Gabarito: Certo

Comentários: Como a questão nos forneceu o valor da quantidade de capital, inferimos que a produtividade média pedida é em relação ao trabalho. Assim, $PM_eL = Y/L = L^2K + 1$. Como o valor de K é 20, temos: $PM_eL = 20L^2 + 1$.

75. A produtividade marginal do trabalho, para $L=1$, vale 71.

Gabarito: Errado

Comentários: Derivando parcialmente, em relação à L , a função de produção, temos:

$$PM_{gL} = \partial Y / \partial L = 3L^2K + 1$$

Como $K=20$ e $L=1$: $PM_{gL}=61$.

76. Com relação à Teoria dos Custos de Produção, julgue:



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

As curvas de custo médio variável e custo médio total são crescentes quando o custo marginal tem sua curvatura ascendente.

Gabarito: Errado

Comentários: Não necessariamente, já que existem pontos em que mesmo a curva de custo marginal sendo crescente, as curvas de custo médio variável e custo médio total são decrescentes.

77. A função de produção de uma firma é expressa por $Y=6K^{2/3}L^{1/3}$, em que Y é a quantidade produzida de um bem, K é o estoque de capital e L é a quantidade de trabalho. Supondo que os preços do insumo capital e do insumo trabalho, em unidades monetárias, sejam $r = 2$ e $w = 1$ respectivamente, julgue o item seguinte.

A curva de custo total é dada por $CT = 0,5Y$.

Gabarito: Certo

Comentários: Em uma função de Cobb-Douglas, o gasto com o insumo é proporcional ao seu expoente na equação. Assim, como K está elevado $2/3$ e L , a $1/3$, podemos afirmar que a firma gasta $2/3$ de sua renda com o capital e $1/3$ com o trabalho. Assim, podemos ver que a firma gasta o dobro com K .

Por outro lado, K custa o dobro de L , já que $r = 2$ e $w = 1$. Logo, como a firma gasta o dobro com algo que custa o dobro, então as quantidades adquiridas de trabalho e capital são as mesmas. Chamando essa quantidade de X , temos:

$$K=L=X \rightarrow Y=6X^{2/3}X^{1/3}=6X$$

Isolando o X , chegamos a $X=Y/6$.

Agora, tome a função custo: $C=K \cdot r + L \cdot w = 2X + X = 3X$. Como $X=Y/6$, temos que a função custo é $C=3(Y/6)=0,5Y$.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

78. Considerando as disposições do PMBOK, julgue o item a seguir:

Projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único.

Gabarito: Certo

Comentários: A assertiva está de acordo com o PMBOK 6. O projeto sempre produz um resultado único, que pode ser um produto, um serviço ou a combinação deles. Por outro lado, os processos produzem resultados repetitivos. O projeto sempre tem uma data estimada para término, definida no cronograma, por isso diz-se que o projeto é temporário.

79. A respeito do ITIL v4, julgue o item a seguir:

Um dos princípios orientadores do ITIL v4 diz que é preciso colaborar, evitando promover a visibilidade.

Gabarito: Errado

Comentários: O princípio diz "Orientar e promover a visibilidade". O trabalho em conjunto produz resultados com maior adesão, relevância e probabilidade de sucesso a longo prazo. O trabalho deve ser visível, as agendas ocultas evitadas e as informações compartilhadas na maior medida possível.

80. Com relação a banco de dados, julgue o item seguinte.

Uma entidade fraca é uma entidade que, para existir, depende da existência de uma entidade forte.

Gabarito: Certo

Comentários: Uma entidade fraca não possui atributos suficientes para formar uma chave primária, por isso, ela deve ter um relacionamento 1:1 com uma entidade forte



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

81. Julgue o próximo item, relativo a Certificação Digital e infraestrutura de chaves públicas.

A Autoridade Certificadora (AC) é responsável por certificar-se que os documentos do titular do certificado digital são válidos e pertencem ao mesmo, enquanto a Autoridade de Registro (AR) é responsável pelo registro dos Certificados Digitais.

Gabarito: Errado

Comentários: A banca fez um jogo de palavras para confundir o candidato. A Autoridade de Registro (AR) é responsável por validar os documentos do titular do Certificado Digital, enquanto a Autoridade Certificadora (AC) é responsável pela emissão do Certificado Digital.

82. No que diz respeito a Big Data, julgue o próximo item.

Em Big Data, o Volume refere-se ao grande número de tipos ou formas de dados que podem ser processados, como fotos, vídeos, textos, etc.

Gabarito: Errado

Comentários: A assertiva descreveu o conceito de Variedade. O Volume refere-se à grande quantidade acumulada de dados.

83. Julgue o item a seguir, a respeito de BPMN.

Os objetos de fluxo são divididos em atividades (activities), eventos (eventos) e decisores (gateways).

Gabarito: Certo

Comentários: As atividades são os trabalhos a serem executados dentro do processo. Os eventos são as situações que acontecem dentro do processo. Os decisores são utilizados para controlar as sequências de fluxo.

84. Sobre o assunto Segurança da Informação, julgue o item a seguir.

Um aplicativo spyware pode ser utilizado de forma legítima ou maliciosa.

Gabarito: Certo

Comentários: De forma legítima, um spyware é instalado pelo próprio dono ou com consentimento dele. De forma maliciosa ele compromete a privacidade do usuário e a segurança do computador.

85. Considerando as disposições do PMBOK 6, julgue o item a seguir:

O processo Identificar os Riscos pertence ao grupo de processos Execução.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com o PMBOK 6, o processo Identificar os Riscos pertence ao grupo de processos Planejamento.

86. A respeito de Business Intelligence, julgue o item.

A operação drill across permite ao usuário pular um nível intermediário dentro da mesma dimensão.

Gabarito: Certo

Comentários: A operação drill across permite pular um nível intermediário dentro de uma mesma dimensão, enquanto a drill through de uma dimensão para outra.

87. Julgue o seguinte item, a respeito de Big Data.

No modelo de referência CRISP-DM, a identificação dos dados relevantes das diferentes fontes de dados é realizada na fase denominada Preparação dos Dados.

Gabarito: Errado

Comentários: A atividade citada é realizada na fase Entendimento dos Dados. A fase Preparação dos Dados tem o propósito de carregar os dados identificados e prepará-los para análise.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

88. Julgue o seguinte item, a respeito Do COBIT 2019.

O processo Gerenciar a Configuração (BAI10) pertence ao Domínio Construir, Adquirir e Implementar (AIE).

Gabarito: Certo

Comentários: A afirmativa está de acordo com o COBIT 2019.

89. A respeito da Segurança da Informação, julgue o seguinte item.

Autenticidade, Confidencialidade, Integralidade e Disponibilidade são princípios da Segurança da Informação.

Gabarito: Errado

Comentários: Pegadinha maldosa para pegar o aluno desatento ou cansado. Integralidade não é um princípio. Integridade é.

90. A respeito de Banco de Dados, julgue o seguinte item.

Independência física de dados refere-se à capacidade de alterar o esquema conceitual sem a necessidade de alterar os esquemas externos ou os programas aplicativos.

Gabarito: Errado

Comentários: A assertiva descreveu a independência lógica de dados. A independência física é a capacidade de alterar o esquema interno sem precisar modificar o esquema conceitual.

RACIOCÍNIO LÓGICO

91. Julgue o item que se segue, a respeito de lógica proposicional.

A sentença "É justo que o novo modelo preconizado ofereça uma oportunidade ímpar de

testar o investimento em reciclagem técnica?" é uma proposição lógica composta.

Gabarito: Errado

Comentários: Frases interrogativas não são consideradas proposições.

92. A partir da proposição P: "Quem pode o mais, pode o menos.", julgue o próximo item.

Se a proposição P for verdadeira, então o conjunto formado por indivíduos que podem o mais está contido no conjunto dos indivíduos que podem o menos.

Gabarito: Certo

Comentários: "Quem pode o mais, pode o menos" equivale à condicional "Se pode o mais, então pode o menos".

Em uma condicional, o antecedente é subconjunto do conseqüente, ou seja, aquele está contido neste.

Logo, como a proposição P é verdadeira, então o conjunto formado por indivíduos que podem o mais está contido no conjunto dos indivíduos que podem o menos.

93. João é honesto quando admite que jamais deixará de ser o cidadão desonesto que sempre foi.

Considerando a sentença acima, julgue o item seguinte, concernente à argumentação e aos tipos de argumentos:

Não sendo possível provar que o enunciado é falso, então João é, de fato, honesto.

Gabarito: Errado

Comentários: Perceba que ao aceitarmos que João é honesto, concluímos que ele jamais deixará de ser desonesto. Ou seja, estamos diante de um paradoxo e, por isso, nada se pode concluir.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

94. João é honesto quando admite que jamais deixará de ser o cidadão desonesto que sempre foi.

Considerando a sentença acima, julgue o item seguinte, concernente à argumentação e aos tipos de argumentos:

Verifica-se a ocorrência de falácia no argumento da frase.

Gabarito: Errado

Comentários: Trata-se de um paradoxo e não, de uma falácia. Um paradoxo traz uma contradição lógica (um raciocínio correto que leva a uma conclusão contraditória). Já a falácia apresenta um argumento inconsistente com aparência de verdadeiro.

95. Julgue o seguinte item:

A sentença “Se Rui chegar atrasado, então a reunião não começará.” pode ser corretamente negada pela sentença “Rui chegou atrasado e a reunião começou.”

Gabarito: Certo

Comentários: Para negarmos uma proposição do tipo “Se...então...” basta manter a primeira proposição e negar a segunda, unindo as duas com o conectivo “e”: Rui chegou atrasado (primeira proposição) e a reunião começou (negação da segunda proposição).

96. Julgue o item seguinte, sobre lógica proposicional e lógica de primeira ordem:

A negação da proposição “Todas as provas devem ser corrigidas de forma digital.” é corretamente expressa por “Nenhuma prova deve ser corrigida de forma digital.”

Gabarito: Errado

Comentários: A negação de um quantificador universal afirmativo é um quantificador particular negativo. Em outras palavras, a negação de “todo...” é

“algum...não...”. Portanto, a negação correta seria: Alguma prova não deve ser corrigida de forma digital.

Enunciado para as questões 97, 98 e 99:

Seis meninas — Marcela, Marina, Mariana, Márcia, Maria e Mariza — estão enfileiradas, da esquerda para a direita, e dispostas da seguinte forma:

I. Marina está em uma posição anterior à de Mariana;

II. Mariana está imediatamente após Márcia;

III. Maria não está antes de todas as outras, mas está mais próxima da primeira posição do que da última;

IV. Mariza está em uma posição anterior à de Marina;

V. Marina não ocupa a quarta posição da fila.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, considerando a ordenação da esquerda para a direita.

97. Marina e Márcia estão, necessariamente, em posições consecutivas.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com o enunciado:

I. Marina está em uma posição anterior à de Mariana: (_ , _ , Marina, Mariana , _ , _); **NÃO NECESSARIAMENTE NESTA ORDEM.**

II. Mariana está imediatamente após Márcia; (_ , Marina, Márcia, Mariana, _ , _); **NÃO NECESSARIAMENTE NESTA ORDEM.**

III. Maria não está antes de todas as outras, mas está mais próxima da primeira posição do que da última; (Marina, Maria, Márcia, Mariana, _ , _); **NÃO NECESSARIAMENTE NESTA ORDEM.**

IV. Mariza está em uma posição anterior à de Marina; (Mariza, Marina, Maria, Márcia, Mariana, _); **NÃO NECESSARIAMENTE NESTA ORDEM.**



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

V. Marina não ocupa a quarta posição da fila. (Mariza, Marina, Maria, Márcia, Mariana, _); NÃO NECESSARIAMENTE NESTA ORDEM.

Falta a Marcela!

Temos que:

- Marina não pode estar na quarta posição e;
- Maria deve ser a segunda ou terceira.

Logo, temos as seguintes possibilidades:

(Mariza, Maria, Marina, Marcela, Márcia, Mariana)

(Mariza, Maria, Marina, Márcia, Mariana, Marcela)

Ou seja:

Marina e Márcia NÃO estão, necessariamente, em posições consecutivas.

98. A quinta posição da fila pode ser ocupada por Mariana.

Gabarito: Certo

Comentários: Como visto, as possibilidades são:

(Mariza, Maria, Marina, Marcela, Márcia, Mariana)

(Mariza, Maria, Marina, Márcia, Mariana, Marcela)

Portanto, a quinta posição da fila pode ser ocupada por Mariana.

99. Marcela pode ocupar a terceira posição da fila ou a última.

Gabarito: Certo

Comentários: As possíveis ordenações são:

(Mariza, Maria, Marina, Marcela, Márcia, Mariana)

(Mariza, Maria, Marina, Márcia, Mariana, Marcela)

Logo, Marcela pode ocupar a terceira posição da fila ou a última.

100. Considere as seguintes proposições:

P: O apartamento será reformado;

Q: O apartamento receberá visitas.

Tendo como referência essas proposições, julgue o item a seguir, considerando que a notação $\sim S$ significa a negação da proposição S.

Se a proposição $P \rightarrow [\sim Q]$ for falsa, então será também falsa a proposição: Caso o apartamento receba visitas, ele não será reformado.

Gabarito: Certo

Comentários: Se $P \rightarrow [\sim Q]$ é falsa, então P é verdadeira e $\sim Q$ é falsa, ou seja, Q também é verdadeira. A proposição "Caso o apartamento receba visitas, ele não será reformado" pode ser escrita como $Q \rightarrow \sim P$. Neste caso, como Q é verdadeira e $\sim P$ é falsa, temos $V \rightarrow F$, ou seja, uma condicional FALSA.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONTABILIDADE PÚBLICA**

Considerando que o Sistema de Contabilidade Federal compreende as atividades de registro, de tratamento e de controle das operações relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, com vistas à elaboração de demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir:

101. Uma das finalidades do Sistema de Contabilidade Federal é evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial da União, dos Estados e dos Municípios.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com o artigo 14 da lei nº 10.180/2001, o sistema de contabilidade federal visa evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial da União, não fazendo menção no sistema federal de contabilidade a quaisquer situações dos demais entes.

102. As operações de que resultem débitos de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária serão objeto de registro, porém individualização e controle contábil não se faz necessária em virtude dessas operações não estarem compreendidas na execução orçamentária.

Gabarito: Errado

Comentários: Tanto as operações de débitos, quanto as operações de créditos de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária serão objeto de registro, individualização e controle contábil de acordo com o artigo 15, parágrafo único, da Lei nº 10.180/2001

103. São integrantes do Sistema de Contabilidade Federal os órgãos setoriais, que são as unidades

de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União e a Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com o artigo 4º da lei nº 10.180/2001, integram o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal os órgãos setoriais que são as unidades de planejamento e orçamento dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.

104. Cabe à Unidade Orçamentária a elaboração das propostas orçamentárias das suas unidades administrativas.

Gabarito: Certo

Comentários: Conforme MTO 2021: As UOs são responsáveis pela apresentação da programação orçamentária detalhada da despesa por programa, ação e subtítulo. Sua atuação no processo orçamentário compreende:

- estabelecimento de diretrizes no âmbito da UO para elaboração da proposta e alterações orçamentárias;
- estudos de adequação da estrutura programática;
- formalização, ao órgão setorial, da proposta de alteração da estrutura programática sob a responsabilidade de suas unidades administrativas;
- coordenação do processo de atualização e aperfeiçoamento das informações constantes do cadastro de ações orçamentárias;
- fixação dos referenciais monetários para apresentação das propostas orçamentárias e dos limites de movimentação e empenho e de pagamento de suas respectivas unidades administrativas;
- análise e validação das propostas orçamentárias das unidades administrativas; e



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

- consolidação e formalização de sua proposta orçamentária.

105. No Brasil, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem como uma das finalidades apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, sendo essa relação de subordinação entre o controle externo e interno.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com o artigo 20 da lei nº 10.180/2001, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem as seguintes finalidades:

I - Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

O erro da questão está justamente na inexistência de relação de subordinação entre o controle externo e interno

106. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é fornecer serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Por esse motivo, o desempenho de tais entidades pode ser avaliado de forma suficiente por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com a NBC TSP-estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, o desempenho das entidades do setor público pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa

107. Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informação específica para a tomada de decisão gerencial pelos gestores públicos, não servindo de base para os cidadãos em geral

Gabarito: Errado

Comentários: Os cidadãos recebem os serviços do governo e de outras entidades do setor público e proveem parte dos recursos para esse fim. Dessa forma, eles são usuários primários dos RCPGs. Além disso, os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability). Diante disso, a amplitude das informações dos RCPGs não se limita a informação específica para os gestores públicos.

108. Para que um recurso controlado pela entidade no presente seja definido como ativo, é necessário que ele tenha surgido de transação ou outro evento passado.

Gabarito: Certo

Comentários: O item está de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual:

5.13 A definição de ativo exige que o recurso controlado pela entidade no presente tenha surgido de transação ou outro evento passado. Podem existir diversas transações passadas ou outros eventos que resultem no ganho do controle do recurso pela entidade e, por conseguinte, o caracterize como ativo. As



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

entidades podem obter ativos por intermédio da sua compra em transação com contraprestação, bem como pelo seu desenvolvimento. Os ativos também podem surgir de transações sem contraprestação, inclusive por meio do exercício dos direitos soberanos. O poder de tributar ou emitir licenças, acessar, restringir ou negar acesso aos benefícios oriundos de recursos intangíveis como, por exemplo, o espectro eletromagnético (bandas de frequência de transmissões de telecomunicações), são exemplos dos poderes específicos do setor público e dos direitos que podem dar origem a ativos. Ao se avaliar o surgimento do direito de controle de recursos, os seguintes eventos devem ser considerados: (a) a capacidade geral para exercer o poder; (b) a constituição de poder por meio de lei, estatuto ou instrumento congênere; (c) o exercício do poder de criar um direito; e (d) o evento que dá origem ao direito de receber recursos de terceiros. O ativo surge quando o poder for exercido e os direitos de receber recursos existirem.

109. Ainda que a obrigação possa ser extinta sem a saída de recursos da entidade, será considerada como passivo.

Gabarito: Errado

Comentários: Pelo contrário, vale observar o disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual:

5.16 Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.

110. A estrutura conceitual e das NBCs TSP se aplicam, facultativamente, às empresas estatais independentes.

Gabarito: Certo

Comentários: As empresas estatais independentes poderão aplicar esta estrutura conceitual e as

demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.

111. A incerteza relacionada à existência de um ativo não deve ser avaliada em cada data da demonstração contábil.

Gabarito: Errado

Comentários: Item contraria o disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual:

6.4 O reconhecimento envolve a avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração do elemento. As condições que dão origem à incerteza, se existirem, podem mudar. Portanto, é importante que a incerteza seja avaliada em cada data de divulgação do relatório.

Podemos ainda adicionar para reforçar o MCASP 8ª Edição:

Também são reconhecidos no ativo os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro. São exemplos destes depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, como os para garantia de recursos.

O desreconhecimento é o processo de avaliar se ocorreram mudanças, desde a data do relatório anterior, que justifiquem a remoção de elemento que tenha sido previamente reconhecido nas demonstrações contábeis, bem como remover esse item se tais mudanças ocorrerem.

O reconhecimento do ativo envolve a avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração do elemento. As condições que dão origem à incerteza, se existirem, podem mudar. Diante disso, é mister que a incerteza seja avaliada em cada data da demonstração contábil.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

112. No patrimônio líquido, o resultado do período deve ser segregado com os resultados acumulados de períodos anteriores.

Gabarito: Certo

Comentários: Item de acordo com o MCASP 8ª Edição: *No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.*

113. Determinado bem mantido no patrimônio público com o propósito exclusivo de negociação futura deve ser incluído no ativo circulante não circulante do balanço patrimonial.

Gabarito: Errado

Comentários: Os bens mantidos para negociação devem ser classificados no ativo circulante, conforme MCASP 8ª Edição: *Os ativos circulantes também incluem ativos essencialmente mantidos com a finalidade de serem negociados (exemplos incluem alguns ativos monetários classificados como "mantidos para negociação") e a parcela circulante de ativos monetários não circulantes.*

114. Relativamente às variações patrimoniais qualitativas e quantitativas e às receitas e despesas sob o enfoque patrimonial, julgue o próximo item.

Por ser uma variação patrimonial quantitativa que afeta positivamente o resultado patrimonial, a possibilidade de um recebimento de uma doação será contabilizada como variação patrimonial aumentativa.

Gabarito: Errado

Comentários: A possibilidade de recebimento de uma doação não pode ser contabilizada ainda

como uma variação patrimonial aumentativa, apenas após o seu efetivo recebimento. Uma doação pode ou não ser efetuada, ou seja, a possibilidade de recebimento dela não contempla nem o conceito de ativo. Para ser considerado um ativo, o recurso precisa ser controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado, não correspondendo a mera possibilidade de recebimento de uma doação não cria a obrigação

115. Uma variação patrimonial aumentativa deveria ser registrada antes da ocorrência do fato gerador caso aconteça um recebimento antecipado de valores oriundo da venda a termo de serviços

Gabarito: Errado

Comentários: O recebimento antecipado de valores gera inicialmente um reconhecimento de uma variação patrimonial qualitativa, pois há uma troca entre o recebimento antecipado e a obrigação de prestar o serviço Posteriormente. Apenas quando acontecer a prestação efetiva do serviço, será baixada a obrigação e reconhecido a variação patrimonial quantitativa.

Segue lançamentos para facilitar o entendimento>

No recebimento antecipado:

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

C 2.2.9.1.x.xx.xx Variação Patrimonial Aumentativa Diferida (P)

Quando o serviço for prestado:

Natureza da informação: patrimonial

D 2.2.9.1.x.xx.xx Variação patrimonial aumentativa (VPA) diferida (P)

C 4.3.3.1.x.xx.xx Valor bruto de exploração de bens e direitos e prestação de serviço



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

116. Uma variação patrimonial diminutiva (VPD) é considerada realizada quando surge um passivo sem o correspondente ativo.

Gabarito: Certo

Comentários: Conforme MCASP 8ª Edição:

Considera-se realizada a variação patrimonial diminutiva (VPD):

- a. *Quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;*
- b. *Diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;*
- c. *Pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.*

117. Tanto a classe 3 (variação patrimonial diminutiva) quanto a classe 4 (variação patrimonial aumentativa) pertencem à natureza de informação de orçamentária, que registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

Gabarito: Errado

Comentários: As variações patrimoniais (aumentativas e diminutivas) pertencem à natureza de informação patrimonial que registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.

O PCASP é dividido em 8 classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam:

PCASP		
Natureza da informação	Classes	
Patrimonial	1. Ativo	2. Passivo
	3. Variações Patrimoniais Diminutivas	4. Variações Patrimoniais Aumentativas
Orçamentária	5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
Controle	7. Controles Devedores	8. Controles Credores

118. A classe 5 (controles da aprovação do planejamento e orçamento) e a classe 6 (controles

da execução do planejamento e orçamento) pertencem à natureza de informação de controle, que registra, processa e evidencia os atos e fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

Gabarito: Errado

Comentários: As classes 5 e 6 do PCASP pertencem à natureza de informação orçamentária que registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

119. Os entes da Federação somente poderão detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP, com única exceção a esta regra corresponde à abertura do 4º nível (Título) das contas de Natureza de Informação Patrimonial, que obrigatoriamente será classificado em Intra OFSS, Inter OFSS (União, estados ou municípios) ou Consolidação.

Gabarito: Errado

Comentários: Conforme o Manual 8ª edição, a única exceção a esta regra se dá no 5º nível (Subtítulo) e não no 4º nível (Título), como cita o item:

A única exceção a esta regra corresponde à abertura do 5º nível (subtítulo) das contas de

Natureza de Informação Patrimonial, que obrigatoriamente será classificado em Intra OFSS, Inter OFSS (União, estados ou municípios) ou Consolidação. Quando o ente entender ser necessário e a conta não estiver detalhada neste nível no PCASP, deverá seguir essa classificação, em tal nível. Caso o 5º nível seja detalhado, pelo PCASP Federação, em Intra OFSS e Inter OFSS, as operações entre entidades relacionadas a tal classificação deve obedecer, obrigatoriamente, ao detalhamento a que pertence.

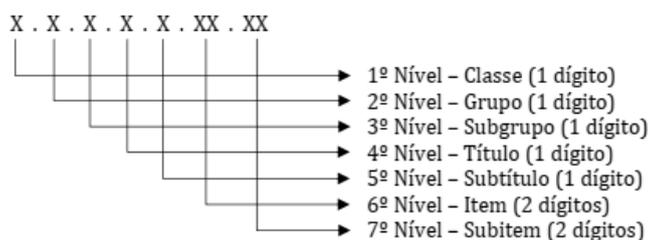


Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

120. As contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com 7 níveis de desdobramento.

Gabarito: Certo

Comentários: De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (8ª edição), as contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com 7 níveis de desdobramento compostos por 9 dígitos, de acordo com a seguinte estrutura:



121. Para a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado no PCASP um mecanismo o qual utiliza o quarto nível(subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (8ª edição), a fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Este mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos.

122. O mecanismo para a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo utiliza o código x.x.x.x.5.xx.xx(INTER OFSS –MUNICÍPIO)

que compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

Gabarito: Certo

Comentários: De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (8ª edição), a fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Este mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos.

Os saldos resultantes das transações entre o ente e um município utilizarão o código x.x.x.x.5.xx.xx(INTER OFSS –MUNICÍPIO), pois são os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) desses entes públicos distintos.

Os dados a seguir referem-se à aquisição de notebooks para os servidores realizarem o teletrabalho em uma entidade pública com o objetivo de melhorar e otimizar os serviços prestados à sociedade.

quantidade	200
preço unitário	4500
impostos não recuperáveis	15%
vida útil estimada	5 anos
data de aquisição	31/12/2020
método de depreciação	cotas constantes
valor residual	não há

Após 30 meses de uso desses computadores, foi feita a contratação de laudo técnico sobre a



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

recuperabilidade das máquinas utilizadas, por recomendação de um auditor ao gestor patrimonial. Conforme o laudo, o valor líquido de venda dos computadores era de R\$ 525.000 e o valor em uso, de R\$ 510.000.

A partir dessas informações, julgue os próximos itens.

123. O valor contábil dos computadores em junho de 2022 será de R\$ 517.500.

Gabarito: Certo

Comentários: Valor Líquido Contábil é o valor do bem registrado na Contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada, bem como das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Preço à vista: $200 \times 4500 = 900.000$

Impostos não recuperáveis: $15\% = 135.000$

Valor dos Notebooks registrado inicialmente = 1.035.000

Valor residual = 0

Vida útil = 5 anos

Diante disso, pelo método das cotas constantes, temos o seguinte:

Depreciação mensal = $1.035.000/60 = 17.250$

Depreciação após 30 meses = $30 \times 17.250 = 517.500$

Valor líquido contábil após 30 meses = $1.035.000 - 517.500 = 517.500$

124. Após os 30 meses de uso, a entidade deverá contabilizar a perda por recuperabilidade, porque o valor contábil do ativo é superior ao valor recuperável.

Gabarito: Errado

Comentários: Valor Líquido Contábil é o valor do bem registrado na Contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação,

amortização ou exaustão acumulada, bem como das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Preço à vista: $200 \times 4500 = 900.000$

Impostos não recuperáveis: $15\% = 135.000$

Valor dos Notebooks registrado inicialmente = 1.035.000

Valor residual = 0

Vida útil = 5 anos

Diante disso, pelo método das cotas constantes, temos o seguinte:

Depreciação mensal = $1.035.000/60 = 17.250$

Depreciação após 30 meses = $30 \times 17.250 = 517.500$

Valor líquido contábil após 30 meses = $1.035.000 - 517.500 = 517.500$

O conceito de valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo ou da unidade geradora de caixa e o seu valor em uso. Nesse caso:

Valor justo líquido = 525.000

Valor em uso = 510.000.

Valor recuperável = 525.000

Valor líquido contábil após 30 meses = $1.035.000 - 517.500 = 517.500$

Como o valor recuperável (525.000) é maior que o valor contábil líquido (517.500), é desnecessário fazer nenhum ajuste no valor.

125. Caso a entidade aliene dez notebooks em setembro de 2022 pelo valor de R\$ 43.000, haverá um ganho de R\$ 4.362,50

Gabarito: Errado

Comentários: Em setembro de 2022, esses equipamentos estarão com 21 meses de uso.

10 equipamentos em setembro de 2022:



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

Valor dos 10 Notebooks registrado inicialmente = 51.750(45.000 + 15% impostos não recuperáveis)

Depreciação mensal dos dez: $51.750/60 = 862,50$ mensal. Para os 21 meses $> 862,50 \times 21 = 18.112,50$

Valor líquido contábil após 21 meses: $51.750 - 18.112,50 = 33.637,50$

Assim, caso a entidade aliene o ativo por 50.000, o ganho será de \$ 9.362,50, e não de \$ 4.362,50.

126. O valor correspondente à despesa de depreciação dos computadores é uma variação patrimonial diminutiva

Gabarito: Certo

Comentários: Conforme De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (8ª edição), A VPD de depreciação de cada período deve ser reconhecida no resultado patrimonial em contrapartida a uma conta retificadora do ativo.

127. Acerca da necessidade de relacionamento do regime orçamentário com o regime contábil, julgue os itens que se seguem

A previsão da receita orçamentária não pode ser usada como reconhecimento da atividade tributária, pois essa etapa é apenas uma projeção de receitas, que pode ou não se concretizar no exercício previsto

Gabarito: Certo

Comentários: De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (8ª edição), no âmbito da atividade tributária, pode-se utilizar o momento do lançamento como referência para o seu reconhecimento, pois é por esse procedimento que:

- Verifica-se a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;
- Determina-se a matéria tributável;
- Calcula-se o montante do tributo devido; e

d. Identifica-se o sujeito passivo.

128. São princípios previstos de forma expressa na Lei nº 4.320/64: a unidade universalidade e anualidade.

Gabarito: Certo

Comentários: De acordo com o art. 2º da Lei nº 4.320/64:

Art. 2º A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

129. O princípio da totalidade determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (8ª edição), o princípio da UNIVERSALIDADE determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

130. São classificadas como receitas patrimoniais a remuneração das disponibilidades do Tesouro

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (8ª edição), a remuneração das disponibilidades do Tesouro é classificada como Outras Receitas de Capital.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

FINANÇAS PÚBLICAS

131 Acerca das funções do Estado na economia, julgue.

A tributação progressiva para as faixas do imposto de renda é um exemplo de função alocativa do Estado.

Gabarito: Errado

Comentários: Ao tributar mais quem ganha mais e tributar menos quem ganha menos, o Governo atua em sua função distributiva.

Considerando a estrutura orçamentária e a evolução do déficit e da dívida pública no Brasil, julgue os itens 132, 133 e 134 a seguir.

132. O déficit público brasileiro sofreu redução no final dos anos 80 e início dos anos 90 devido ao efeito Tanzi às avessas, o qual possibilitava a redução real das despesas públicas em um ambiente inflacionário.

Gabarito: Certo

Comentários: Nesse período, havia um ambiente altamente inflacionário. Assim, com vistas a reduzir as despesas públicas, o Governo procurava tardar o máximo possível o seu pagamento, mantendo o seu valor nominal. Isso ficou conhecido como efeito Tanzi às avessas.

133. Quanto mais elevado o nível de endividamento de um país, maior terá de ser o resultado primário apurado por ele para que fique estável a relação dívida/PIB.

Gabarito: Certo

Comentários: Quanto maior o nível de endividamento, maior serão os juros sobre a dívida. Assim, maior terá de ser o resultado primário para pagar esses juros, o que manterá a relação dívida/PIB estável.

134. Os altos níveis de inflação enfrentados pelo Brasil no início dos anos 2000 contribuíram para diminuir o resultado operacional brasileiro naqueles anos.

Gabarito: Errado

Comentários: O resultado operacional não é influenciado pela inflação ou correção monetária. Lembre-se: resultado operacional = resultado primário + juros. A questão estaria correta se dissesse resultado nominal.

Considerando os princípios da tributação, julgue os itens 135, 136 e 137.

135. A regressividade constante em alguns tributos no Brasil, como no IR, contribui para aumentar a discrepância de riqueza entre os ricos e os mais pobres.

Gabarito: Errado

Comentários: Quase tudo certo se não fosse um único detalhe: o IR é um imposto progressivo, já que é mais gravoso nas faixas de maior renda.

136. O custo tributário nem sempre recai majoritariamente sobre os consumidores. É o caso da introdução de um tributo em um mercado competitivo, cuja oferta é inelástica e a demanda é elástica à variação de preços.

Gabarito: Certo

Comentários: Em um mercado competitivo, o custo tributário atinge mais gravosamente o lado inelástico da equação. Isso porque o "lado elástico" tem maior poder de parar de produzir/consumir. Assim, se a oferta é inelástica, os produtores terão de assumir os maiores encargos.

137. Em mercados eficientes, não há possibilidade de haver tributação.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

Gabarito: Certo

Acerca dos princípios orçamentários, julgue os itens 140 e 141.

140. De acordo com o princípio do orçamento bruto, permitem-se deduções no balanceamento de transferências intergovernamentais.

Gabarito: Errado

Comentários: Nenhuma dedução é permitida. É o que diz o artigo 6º da Lei 4.320/64:

Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

141. De acordo com a Lei 4.320/64, as despesas devem ser especificadas, no mínimo, por elementos. É por isso que, seguindo a classificação por natureza da despesa, as despesas são detalhadas na LOA até o elemento de despesa.

Gabarito: Errado

Comentários: A Portaria STN/SOF 163/01 flexibilizou o normativo imposto pela Lei 4.320/64 ao uniformizar a classificação da despesa com detalhamento até a modalidade de aplicação. Isso foi feito com vistas a proporcionar maior flexibilidade na classificação da despesa pública.

Assunto: Orçamento Público - Conceitos e Princípios Orçamentários

A respeito do orçamento público e das receitas e despesas públicas, julgue os itens 142, 143 e 144 que se seguem.

142. Constituindo uma evolução em relação ao orçamento clássico, o orçamento de desempenho (ou por realizações) inovou ao trazer a vinculação entre o planejamento e o orçamento.

Gabarito: Errado

Comentários: A grande inovação do orçamento de desempenho é a ênfase dada ao resultado dos gastos, e não somente os gastos em si (o que faz o orçamento tradicional). Na verdade, a vinculação entre orçamento e planejamento apenas veio com o orçamento-programa.

143. Em que pese a tentativa de implantação do orçamento-programa em outros momentos da história econômica brasileira, foi somente com a CF/88 que este instrumento foi definitivamente consolidado.

Gabarito: Certo

Comentários: Para o CESPE, considera-se que o orçamento-programa no Brasil tenha surgido em definitivo com a CF/88. Isso porque, apesar de esse instrumento ter sido cogitado em outros momentos (Decreto-Lei 200/67 e Portaria 9/74), foi a CF/88 quem consolidou a ligação entre o planejamento e o orçamento ao vincular o processo orçamentário ao PPA e à LDO.

144. De acordo com o Manual Técnico do Orçamento (MTO), a abertura de créditos especiais e extraordinários constituem alterações qualitativas do orçamento.

Gabarito: Certo

Comentários: De acordo com o MTO, o orçamento público está organizado em programas de trabalho, que contêm informações qualitativas e quantitativas, sejam físicas ou financeiras.

Alterações quantitativas ocorrem quando apenas os valores das dotações orçamentárias são alterados, sem adicionar algo novo ao orçamento. É o caso da abertura de créditos suplementares.

Alterações qualitativas, por outro lado, envolvem a criação de novos programas de trabalho. É o caso da abertura de créditos especiais e extraordinários.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens 145 a 153 seguintes.

145. Para a contabilização da receita corrente líquida dos estados, são deduzidos os valores das transferências aos municípios decorrentes de determinação legal e constitucional.

Gabarito: Errado

Comentários: De acordo com a LRF, art. 2º, IV, b, são deduzidos do cálculo da receita corrente líquida dos estados somente as transferências concedidas aos municípios por determinação constitucional.

146. De acordo com a LRF, é condição obrigatória para a aprovação da LOA no Congresso Nacional a realização de debates e audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dessa lei.

Gabarito: Errado

Comentários: Trata-se da técnica orçamentária chamada de orçamento participativo, a qual incentiva a participação popular nos processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos (LRF, art. 48, §1, I). Essa técnica é obrigatória somente nos Municípios! Com efeito, o Governo Federal não utiliza essa técnica.

147. A LRF veda a limitação de empenho feita de forma desproporcional entre as dotações orçamentárias.

Gabarito: Errado

Comentários: Assertiva absurda, afinal, em caso de necessidade de limitação de empenho, o Poder Executivo tem o dever de decidir quais áreas sofrerão com a limitação de verba, de acordo com a sua essencialidade. Assim, pode ser mais factível a limitação de empenho efetuada em uma obra cultural do que em uma obra de um hospital.

Repare que a LRF, em seu artigo 9º, §1º, afirma que a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados é que deve ser feita de maneira proporcional.

148. Pode-se afirmar que todas as empresas estatais dependentes possuem capital social com direito a voto majoritariamente pertencentes, direta ou indiretamente, a ente da federação.

Gabarito: Certo

Comentários: O art. 2º, III, da LRF afirma: "empresa estatal dependente: empresa controlada (...)". Já o inciso II do mesmo artigo escreve: "empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;". Portanto, item correto.

149. O Congresso Nacional (CN), no âmbito do processo legislativo orçamentário, tem competência para definir dotações sobre as quais os Poderes e o Ministério Público não podem promover limitação de empenho e movimentação financeira.

Gabarito: Certo

Comentários: Basta que o CN, por intermédio de emendas ao PLDO, expresse quais dotações não podem sofrer limitação de empenho e movimentação financeira. De acordo com a LRF, art. 9º, §2: "Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias."

150. Empresas estatais independentes são, necessariamente, empresas controladas. Além disso, podem receber recursos de seu ente controlador, desde que não sejam destinados ao pagamento de despesas com pessoal ou de



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

custeio geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Gabarito: Certo

Comentários: Primeiramente, cabe dizer que tanto as estatais dependentes quanto as independentes são empresas controladas pelo ente estatal. Além disso, da definição dada pela LRF às empresas dependentes, podemos afirmar que os recursos eventualmente transferidos pelo ente controlador à estatal independente apenas podem ser destinados ao aumento de participação acionária. Veja o artigo 2º, III, da LRF.

151. As disposições da LRF aplicam-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Incluem-se neste rol as empresas estatais dependentes e independentes.

Gabarito: Errado

Comentários: O Art. 1º, §3, b, afirma que as disposições da LRF obrigam as estatais dependentes. Não há na lei, por outro lado, referência a obrigatoriedade quanto às estatais independentes.

152. A avaliação dos custos dos serviços públicos prestados é viabilizada pelas normas relativas ao controle de custos dos programas financiados com recursos públicos constantes no PPA.

Gabarito: Errado

Comentários: Essas normas fazem parte da LDO. Segundo a LRF:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

153. Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

Gabarito: Errado

Comentários: Redação antiga da LRF! A Lei Complementar 177 adicionou mais um caso à proibição de limitação de empenho e movimentação financeira: as despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade. De acordo com a redação atual do Art. 9º, §2: Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

Acerca do ciclo orçamentário, julgue os itens 154 e 155 seguintes.

154. O ciclo orçamentário se confunde com o período de mandato do chefe do Poder Executivo.

Gabarito: Errado

Comentários: O ciclo orçamentário não possui prazo definido de término. Ele inicia com a elaboração da proposta orçamentária e termina com o controle e avaliação da execução orçamentária. Esse último passo não possui data fixa - o Poder Legislativo, em geral, leva anos após o término do mandato para julgar as contas do chefe do Poder Executivo.

155. De acordo com a CF/88, a iniciativa das leis orçamentárias é privativa do chefe do Poder Executivo. Dessa forma, é possível a delegação



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

dessa iniciativa a certas autoridades mencionadas no texto constitucional.

Gabarito: Errado

Comentários: A permissão de delegação de leis de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo não inclui as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA). Repare que o art.84, parágrafo único, da CF/88, não inclui essas leis como possíveis de delegação.

156. Com relação ao disposto na CF acerca do ciclo orçamentário e do orçamento público, julgue o item subsequente.

Por ter como finalidade a orientação da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo parlamento é condição prévia à elaboração da lei de orçamento.

Gabarito: Errado

Comentários: Não há essa exigência na CF/88. Apesar de a LDO orientar a elaboração da LOA, é pacífico o entendimento de que a sua aprovação no Congresso Nacional não é condição prévia para a elaboração da LOA.

Acerca das etapas de elaboração do projeto de Lei Orçamentária Anual, julgue os itens 157 e 158.

157. É na etapa de elaboração da pré-proposta que são definidas as diretrizes para a elaboração do PLOA.

Gabarito: Errado

Comentários: Isso ocorre na etapa denominada Definição das Macrodiretrizes. É importante que se saiba quais são as etapas, a sua ordem e o seu conceito (mesmo que de forma superficial, já que esse assunto não costuma vir muito aprofundado).

158. A etapa de avaliação da Necessidade de Financiamento do Governo Central (NFGC) para a

proposta orçamentária vem logo após a elaboração da pré-proposta.

Gabarito: Certo

Comentários: Para memorizar, imagine que você irá fazer uma viagem e provavelmente precisará de uma ajudinha do papai para pagar as despesas. Assim, primeiro você faz as contas de quanto irá gastar na viagem (elaboração da pré-proposta) e, depois, analisando quanto tem, você avalia o quanto precisará "pedir emprestado" ao seu pai (avaliação da NFGC)

Acerca do processo legislativo orçamentário, julgue os itens 159 e 160.

159. O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Legislativo, propondo modificação nos projetos de leis orçamentárias, enquanto não tiver sido iniciada, na Comissão Mista (CMO), a discussão da parte cuja alteração é proposta.

Gabarito: Errado

Comentários: A mensagem pode ser enviada até o início da votação pela CMO da parte cuja alteração é proposta. É a inteligência do Art. 166, §5, da CF/88.

160. De acordo com a CF/88, não são permitidas emendas parlamentares que acarretem aumento de despesa em projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República. Dessa forma, eventual emenda parlamentar que acarrete aumento de despesa na Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser considerada inconstitucional.

Gabarito: Errado

Comentários: De fato, como regra geral, não são permitidos aumentos de despesas em projetos de lei de iniciativa do PR. No entanto, essa regra é excepcionada para o caso das emendas ao PLOA e ao PLDO. É o que diz o Art. 63, I, da CF/88.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

Vale lembrar que emendas que acarretem aumento de despesa ao PLOA e ao PLDO apenas podem ser aprovadas caso sejam comprovados erros ou omissões na estimativa das receitas.



Prova Discursiva (P3)

Questão 1

O prefeito de determinado município do Sudeste, antevendo a possibilidade de sua reeleição para o período de 2017-2020, começou a se preocupar com a sua popularidade, diante da forte queda das receitas tributárias municipais e com acentuada diminuição dos montantes das transferências constitucionais ocorridos durante seu mandato 2013-2016. Em razão disso, pensou em recorrer a operações de crédito por antecipação de receita, para poder cobrir insuficiências de caixa no exercício de 2015 e 2016.

Com base na situação acima descrita, elabore um texto dissertativo que responda aos seguintes pontos:

- a) Esse município estaria proibido de realizar operações desta natureza, exercícios de 2015 e de 2016, sendo que, no exercício de 2015, ele já havia realizado e liquidado integralmente uma operação de crédito igual a essa? Por quê?
- b) Quais são as exigências para que operações desta natureza possam ser autorizadas?
- c) Quando e como operações dessa natureza devem ser liquidadas?
- d) Operações dessa natureza poderiam ser realizadas por aquela municipalidade, considerando que a realização de operações de créditos se encontra no limite das despesas de capital? Justifique.

Proposta de Resolução

Trata a presente situação sobre a análise da legalidade acerca das operações de antecipação de receita orçamentária (ARO), cogitadas pelo prefeito de certo município do Sudeste. Essa possibilidade foi aventada como forma de cobrir insuficiências de caixa desse município nos exercícios de 2015 e 2016. [Introdução parafraseada]

Inicialmente, destaque-se que, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é vedada a realização de ARO enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada e, também, no último ano de mandato do prefeito municipal. Por isso, o Prefeito não estaria impedido de realizar a referida operação no ano de 2015, desde que obedecidas às condições estabelecidas na LRF. Contudo, em 2016, último ano do mandato, seria ilegal a realização de operação dessa natureza. [Tópico I]



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

Além da necessidade de verificar as vedações, devem-se observar as exigências apresentadas pela LRF para a realização dessa operação. Nesse sentido, dispõe a lei que ela se destina a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício. Outrossim, também devem ser cumpridas as exigências estabelecidas para as operações de crédito gerais, apresentadas no art. 32 da LRF. [Tópico II]

Também se deve atentar para as exigências referentes à liquidação dessa operação, pois a LRF estabelece que ela deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano e que não será autorizada se forem cobrados outros encargos, exceto a própria taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a substituí-la. [Tópico III]

Por fim, a LRF estabelece que as operações de crédito por ARO não serão computadas para efeito do limite das operações de crédito, desde que liquidadas até o dia 10 de dezembro do respectivo exercício. Por esse motivo, cumprido esse requisito, essas operações poderão ser realizadas mesmo que as operações de créditos se encontrem no limite das despesas de capital. [Tópico IV]

Questão 2

A prefeitura do Município de Maceió elaborou, em 31/12/2017, todos os demonstrativos contábeis previstos. Do Balanço Financeiro foram os seguintes dados (em R\$):

- Receitas Correntes: 200.000,00.
- Despesas Orçamentárias: 280.000,00.
- Despesas Extraorçamentárias: 30.000,00.
- Receitas de Capital: 90.000,00.
- Receitas Extraorçamentárias: 50.000,00.
- Ativo Financeiro em 31/12/2016: 110.000,00.

Examinando-se o Balanço Patrimonial de 31/12/2017, verificou-se que:

- O Passivo Financeiro correspondeu a 60% do Ativo Financeiro;
- O Passivo Permanente é inferior em R\$50.000,00 ao Ativo Permanente.

Sabe-se também que o Ativo Real Líquido em 31/12/2006 correspondeu a R\$80.000,00.

Com base na situação hipotética, responda a cada um dos seguintes itens



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

- a. Como deve ser interpretado o resultado superávit nos balanços patrimonial e financeiro?
- b. Calcule e justifique os cálculos referentes ao:
 - Ativo Financeiro em 31/12/2017;
 - Resultado Patrimonial em 2017.

Proposta de Resolução

No que se refere aos resultados dos balanços públicos, especificamente quanto ao balanço financeiro, um “superávit” indicará que a soma das receitas orçamentárias, dos ingressos extraorçamentários e das transferências financeiras recebidas foram superiores à soma das despesas orçamentárias, dos dispêndios extraorçamentários e das transferências financeiras concedidas. [Tópico I-a]

Já em relação ao balanço patrimonial, o resultado é evidenciado pelo saldo patrimonial, diferença entre o ativo real e o passivo real. Quando o referido resultado for positivo (ativo real líquido), indicará bens e direitos em valor maior que as obrigações da entidade. [Tópico I-b]

De acordo com os dados fornecidos na situação hipotética, o resultado financeiro do ano de 2017 é R\$ 30 mil, oriundo da soma dos ingressos (receitas correntes, de capital e extraorçamentárias, o que totaliza R\$ 340 mil) menos a soma dos dispêndios (despesas orçamentárias e extraorçamentárias, que resulta no montante de R\$ 310 mil). [Tópico II-a]

Assim, o ativo financeiro, ao final do exercício de 2017, assumirá o montante de R\$ 140 mil, eis que é formado pela soma do resultado financeiro, em 31/12/2016 (R\$ 110 mil), e do ativo financeiro, em 31/12/2017 (R\$ 30 mil). [Tópico II-a]

Para se chegar ao resultado patrimonial, primeiramente, é necessário obter os saldos patrimoniais dos anos de 2016 e 2017. O de 2016 foi apresentado pela situação hipotética, qual seja: o ativo real líquido correspondente a R\$ 80 mil. Já o de 2017 é R\$ 106 mil, obtido pela operação de subtração da soma do ativo financeiro e permanente (respectivamente, R\$ 140 mil e variável “x”), pela soma do passivo financeiro e permanente (respectivamente, R\$ 84 mil - 60% de R\$ 140 mil - e “x - R\$ 50 mil”). [Tópico II-b]

Por fim, de posse desses valores, o resultado patrimonial em 2017 é R\$ 26 mil, representado pela diferença dos saldos patrimoniais anteriormente obtidos (R\$ 106 mil em 2017 e R\$ 80 mil em 2016). [Tópico II-b]



Gabarito

Conhecimentos Gerais

01	ERRADO	26	CERTO	51	ERRADO	76	ERRADO
02	CERTO	27	ERRADO	52	CERTO	77	CERTO
03	CERTO	28	CERTO	53	CERTO	78	CERTO
04	ERRADO	29	ERRADO	54	ERRADO	79	ERRADO
05	ERRADO	30	ERRADO	55	ERRADO	80	CERTO
06	ERRADO	31	CERTO	56	ERRADO	81	ERRADO
07	ERRADO	32	ERRADO	57	ERRADO	82	ERRADO
08	CERTO	33	ERRADO	58	CERTO	83	CERTO
09	CERTO	34	ERRADO	59	ERRADO	84	CERTO
10	ERRADO	35	CERTO	60	ERRADO	85	ERRADO
11	CERTO	36	CERTO	61	CERTO	86	CERTO
12	CERTO	37	CERTO	62	ERRADO	87	ERRADO
13	ERRADO	38	CERTO	63	ERRADO	88	CERTO
14	ERRADO	39	ERRADO	64	ERRADO	89	ERRADO
15	ERRADO	40	ERRADO	65	ERRADO	90	ERRADO
16	ERRADO	41	ERRADO	66	CERTO	91	ERRADO
17	CERTO	42	ERRADO	67	CERTO	92	CERTO
18	CERTO	43	ERRADO	68	CERTO	93	ERRADO
19	ERRADO	44	CERTO	69	CERTO	94	ERRADO
20	CERTO	45	ERRADO	70	ERRADO	95	CERTO
21	ERRADO	46	CERTO	71	ERRADO	96	ERRADO
22	ERRADO	47	CERTO	72	ERRADO	97	ERRADO
23	ERRADO	48	CERTO	73	ERRADO	98	CERTO
24	ERRADO	49	ERRADO	74	CERTO	99	CERTO
25	ERRADO	50	CERTO	75	ERRADO	100	CERTO



Conhecimentos Específicos

101	ERRADO	121	ERRADO	141	ERRADO
102	ERRADO	122	CERTO	142	ERRADO
103	ERRADO	123	CERTO	143	CERTO
104	CERTO	124	ERRADO	144	CERTO
105	ERRADO	125	ERRADO	145	ERRADO
106	ERRADO	126	CERTO	146	ERRADO
107	ERRADO	127	CERTO	147	ERRADO
108	CERTO	128	CERTO	148	CERTO
109	ERRADO	119	ERRADO	149	CERTO
110	CERTO	130	ERRADO	150	CERTO
111	ERRADO	131	ERRADO	151	ERRADO
112	CERTO	132	CERTO	152	ERRADO
113	ERRADO	133	CERTO	153	ERRADO
114	ERRADO	134	ERRADO	154	ERRADO
115	ERRADO	135	ERRADO	155	ERRADO
116	CERTO	136	CERTO	156	ERRADO
117	ERRADO	137	CERTO	157	ERRADO
118	ERRADO	138	ERRADO	158	CERTO
119	ERRADO	139	ERRADO	159	ERRADO
120	CERTO	140	ERRADO	160	ERRADO



RANKING

Ao final do dia 27/06/2021, os rankings e relatórios serão disponibilizados na área do aluno.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.